

3T20

Resultados



3T20

Resultados

São Paulo, 29 de outubro de 2020 – A ISA CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("ISA CTEEP", "Companhia", B3: TRPL3 e TRPL4), anuncia seus resultados do terceiro trimestre de 2020 (3T20) e dos primeiros nove meses do ano (9M20). Os Resultados Regulatórios estão apresentados de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) com o objetivo de colaborar com o entendimento do negócio da Companhia. Adicionalmente, é possível encontrar os resultados de acordo com as normas da CVM e os CPCs aplicáveis e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) na seção de "Anexos" deste documento.

Principais Indicadores Regulatórios (R\$ milhões)	Consolidado					
	3T20	3T19	Var (%)	9M20	9M19	Var (%)
Receita Líquida	821,3	658,5	24,7%	3.052,2	2.045,1	49,2%
EBITDA	668,8	510,3	31,1%	2.781,8	1.587,9	75,2%
EBITDA Ajustado ¹	678,9	506,7	34,0%	1.991,1	1.612,1	23,5%
Margem EBITDA Ajustada ²	82,2%	76,9%	5,2 p.p.	88,3%	78,8%	9,5 p.p.
Lucro Líquido ³	400,6	410,3	(2,4%)	1.627,9	876,4	85,7%
Margem Líquida	48,8%	62,3%	(13,5) p.p.	53,3%	42,9%	10,5 p.p.
ROE (acumulado de 12 meses)	23,1%	19,7%	3,4 p.p.	23,1%	19,7%	3,4 p.p.

¹ Ajustado pelo recebimento da PA (RTP e RBSE), sem considerar a provisão, e efeitos não recorrentes

² Considera a receita líquida ajustada pelo recebimento da PA (RTP e RBSE), sem considerar a provisão

³ Ajustado pela participação do acionista não controlador

FORTE GERAÇÃO DE CAIXA PERMITE AVANÇAR NA ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE PROVENTOS

A ISA CTEEP apresenta o desempenho econômico-financeiro e as contribuições para temas relevantes como as agendas social, ambiental e tecnológica. O reajuste da Receita Anual Permitida ("RAP") para o Ciclo 2020/2021 impactou o resultado do 3T20 em função da contabilização da Parcela de Ajuste (PA) no trimestre e do novo fluxo de recebimento da RBSE. A Companhia apresentou mais um trimestre com disciplina de custos e despesas e registrou queda no PMSO de -13% nos 9M20 vs 9M19.

Na Operação, o objetivo é desenvolver as atividades com eficiência, qualidade e segurança. No 3T20, os níveis de eficiência foram mantidos. No acumulado do ano (9M20), o indicador de energia não suprida (IENS) foi de $4,9 \times 10^{-6}$ (vs. $24,0 \times 10^{-6}$ no SIN).

O crescimento com geração de valor sustentável continua sendo um dos vetores da estratégia de alocação de capital. No acumulado do ano, foram investidos R\$ 920 milhões (+91,1% vs 9M19), sendo R\$ 794 milhões nos novos empreendimentos arrematados em leilões (projetos *greenfield*) (+93,8% vs 9M19) e R\$ 126 milhões em projetos de reforços e melhorias (+75,4% vs 9M19), que visam garantir a qualidade do serviço de transmissão.

A sustentabilidade permeia os negócios da Companhia uma vez que contribui diretamente na conexão de energia renovável aos grandes centros consumidores. Alinhado com o anseio de deixar um legado positivo para além do seu negócio, foi criado Programa Conexão Jaguar com foco no combate às mudanças climáticas, apoio à conservação da biodiversidade e ao desenvolvimento local. No âmbito desse compromisso apoiou as atividades do Instituto Homem Pantaneiro no combate aos incêndios que assolaram o Pantanal neste ano.

3T20

Resultados



A ISA CTEEP se solidariza com as questões mundiais e locais e, ciente do importante papel das empresas no combate a pandemia de COVID19, reuniu esforços com seus colaboradores e doou cerca de R\$5 milhões para aquisição de testes sorológicos e construção do Centro de Vacinas do Instituto Butantan, em São Paulo.

Destaca-se também a atuação da ISA CTEEP nos desafios tecnológicos e nos temas de inovação do setor elétrico. Foram investidos R\$ 9 milhões nos 9 primeiros meses do ano em projetos de P&D, que visam desenvolver e implementar novas soluções para as atividades *core* da Companhia, propondo um ambiente de trabalho mais ágil, digital e inovador. No 3T20, a Companhia lançou o Desafio PPM, uma chamada enviada ao mercado buscando parceiros para o codesenvolvimento de ferramentas tecnológicas, baseadas em Inteligência Artificial e Data Analytics, para as atividades de Planejamento e Programação das Intervenções. Um passo importante na trajetória de Transformação Digital, visando a eficiência e excelência operacional.

A forte geração de caixa permitiu avançar na estratégia de crescimento e também na distribuição de proventos. Neste ano, já foram deliberados R\$ 594 milhões em proventos, que serão imputados aos dividendos obrigatórios relativos ao exercício social de 2020, que representam o *payout* de 37% do lucro líquido regulatório nos 9M20. A prática de proventos prevê a distribuição de, no mínimo, 75% do lucro líquido regulatório.

ÍNDICE

1.	A ISA CTEEP	
1.1	A ISA CTEEP	5
1.2	Composição Acionária	6
1.3	Estrutura Societária	7
1.4	Crescimento	7
2.	Desempenho Operacional	10
3.	Desempenho Financeiro	
3.1	Reajuste Anual da RAP	10
3.2	Receita Operacional	13
3.3	Custos e Despesas de O&M	14
3.4	Equivalência Patrimonial	15
3.5	EBITDA e Margem	16
3.6	Resultado Financeiro	17
3.7	Outras Receitas Operacionais	18
3.8	Lucro Líquido	18
3.9	Comparativo de Resultados (Regulatório vs. IFRS)	19
4.	Endividamento	20
5.	Proventos	22
6.	Investimentos	22
7.	Sustentabilidade	23
8.	Mercado de Capitais	24
9.	Eventos do Período	25
10.	Eventos Subsequentes	26
11.	Próximos Eventos	27
12.	Outras Informações Relevantes	28
13.	Glossário	30
14.	Anexos	32

* Resultados em Excel disponível no website de Relações com Investidores

3T20

Resultados



A ISA CTEEP

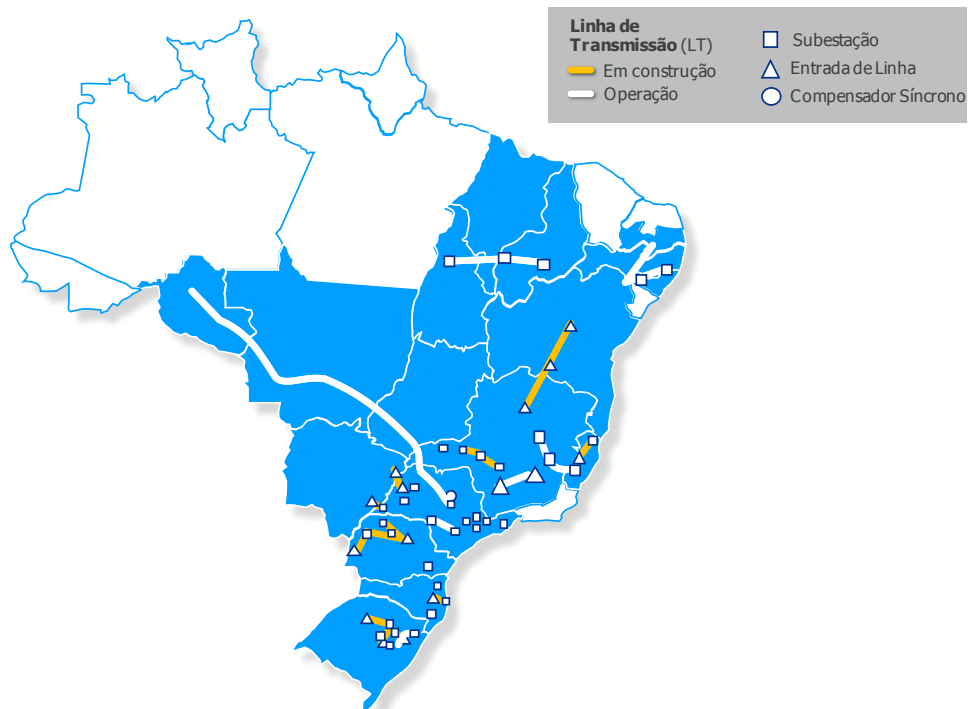
A ISA CTEEP é a maior empresa privada de transmissão de energia do setor elétrico brasileiro e faz parte do Sistema Interligado Nacional ("SIN") que engloba o sistema elétrico brasileiro como um todo (exceto por alguns sistemas isolados) e atende aproximadamente 99% da carga total do sistema. Com suas atividades e de suas empresas subsidiárias 100% e subsidiárias não consolidadas¹, presentes em 17 estados do País, a Companhia transmite aproximadamente 33% de toda a energia elétrica do Brasil e 94% da energia do Estado de São Paulo.

A coordenação e o controle da operação das instalações da Companhia, e de todas as instalações de geração e transmissão de energia elétrica do SIN, são de responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"), sob fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

Em 30 de setembro de 2020, a capacidade instalada da Companhia (controladora, subsidiárias 100% e subsidiárias não consolidadas¹ em operação) totalizou 67,1 mil MVA de transformação, 25,8 mil quilômetros de circuitos e 126 subestações próprias.

Para operar com eficiência nosso complexo sistema de transmissão, dispomos de uma equipe de mais de 1.400 colaboradores e instalações que proporcionam qualidade e confiabilidade na prestação dos serviços.

Comprometidos com o desenvolvimento da infraestrutura energética do País, realizamos contínuos investimentos, mantendo nossa rede modernizada e contribuindo diretamente para a expansão do sistema de transmissão nacional. Nos últimos quatro anos a Companhia arrematou treze lotes em leilões de transmissão realizados pela ANEEL.



¹ IE Madeira, IE Garanhuns, IE Aimorés, IE Paraguaçu e IE Ivaí

3T20

Resultados



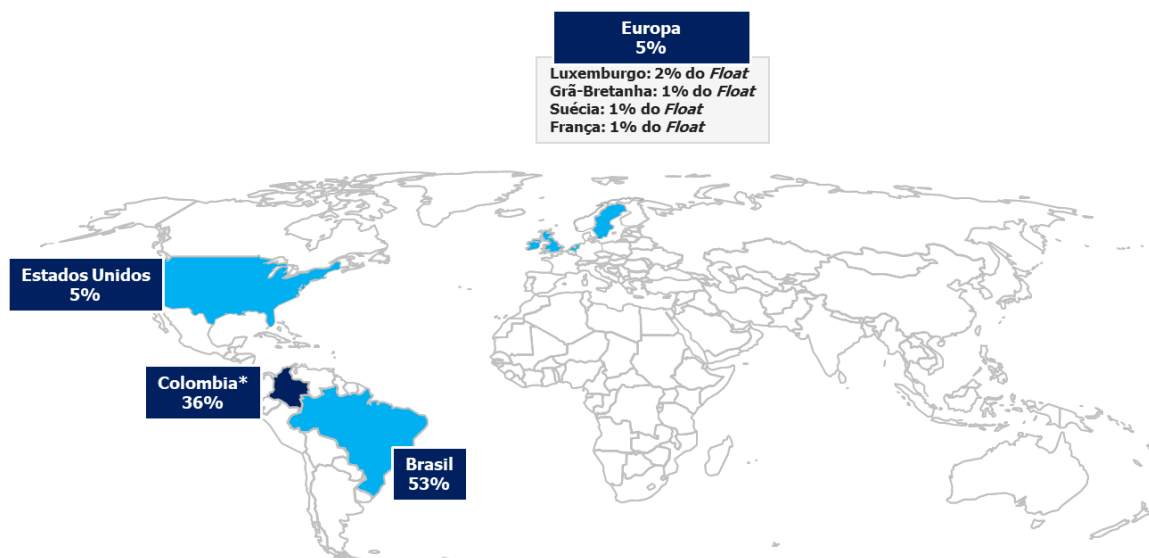
Composição Acionária

A ISA CTEEP é controlada pela ISA, empresa multilatina de sistemas de infraestrutura lineares.

Acionistas	TRPL3 (ON)	%	TRPL4 (PN)	%	Total	%
ISA Capital do Brasil	230.856.832	89,50%	5.144.528	1,28%	236.001.360	35,82%
Administradores	0	0,00%	4.000	0,00%	4.000	0,00%
Ações em Circulação	27.080.900	10,50%	395.797.044	98,72%	422.877.944	64,18%
Eletrobras	25.158.644	9,75%	212.276.657	52,94%	237.435.301	36,04%
Outros	1.922.256	0,75%	183.520.387	45,77%	185.442.643	28,14%
Total	257.937.732	100%	400.945.572	100%	658.883.304	100%

Data base: 30/09/2020

Distribuição do Capital Total em 30/09/2020



* Considera participação da Isa Capital do Brasil, veículo de investimento da ISA Colômbia para a aquisição da ISA CTEEP.

** 1% do *Float* está pulverizado nas demais regiões

Excluindo as participações de Eletrobras e ISA, em 30 de setembro de 2020, 41% da base acionária era composta por investidores estrangeiros (23% América do Norte, 15% Europa, 2% Ásia e 1% Oceania) e 59% por investidores brasileiros.

3T20

Resultados

Estrutura Societária

A estrutura societária da ISA CTEEP compreende suas empresas subsidiárias 100% e subsidiárias não consolidadas², conforme demonstrado abaixo:

		Local	RAP Ciclo 2020/2021 ¹ (R\$ milhões)	RAP Ciclo ISA CTEEP 2020/2021 (R\$ milhões)	Regime Fiscal ²	Participação (%)	Consolidação
ISA CTEEP	Operacional	São Paulo	3.131	3.131	Lucro Real	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Madeira	Operacional	Rondônia / SP	552	282	Lucro Real	ISA CTEEP 51% / Furnas 24,5% / Chesf 24,5%	Equivalência Patrimonial
IE Ivaí	Em construção	Paraná	300	150	Lucro Real	ISA CTEEP 50% / TAESA 50%	Equivalência Patrimonial
IE Paraguauçu	Em construção	Bahia / MG	121	61	Lucro Real	ISA CTEEP 50% / TAESA 50%	Equivalência Patrimonial
IE Garanhuns	Operacional	Pernambuco	95	48	Lucro Real	ISA CTEEP 51% / Chesf 49%	Equivalência Patrimonial
IE Aimorés	Em construção	Minas Gerais	81	41	Lucro Real	ISA CTEEP 50% / TAESA 50%	Equivalência Patrimonial
IE Pinheiros	Operacional	São Paulo	63	63	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Aguapeí	Em construção	São Paulo	60	60	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Serra do Japi	Operacional	São Paulo	56	56	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Itaúnas	Em construção	Espírito Santo	53	53	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE NENE	Operacional	Tocantins	53	53	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Itaquerê	Operacional	São Paulo	52	52	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE MG	Em construção	Minas Gerais	20	20	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
	Operacional	Espírito Santo	13	13			
Evrecy	Em construção	Rio Grande do Sul	38	38	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Biguaçu	Em construção	Santa Catarina	41	41	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Tibagi	Em construção	SP / Paraná ³	21	21	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
		Mato Grosso do Sul / SP	5	5			
IE Itapura	Operacional	São Paulo (Bauru)	12	12	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
	Em construção	São Paulo (Lorena)	11	11			
IE Sul	Operacional	Rio Grande do Sul	20	20	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
Total			4.830	4.263			

¹ RAP ciclo 2020/2021 com PA, líquida de PIS e COFINS

² Lucro Presumido: calcula-se presunção de 8% sobre a receita operacional com retenção de 25% de IR sobre o valor presumido. Para o CSLL, calcula-se presunção de 12% sobre a receita operacional com retenção de 9% de CSLL sobre o valor presumido. Lucro Real: 34% de IR + CSLL sobre lucro tributável apurado

³ RAP da IE Tibagi não considera ajuste decorrente do aditivo contratual (-13,5%), aprovado pela Diretoria da ANEEL em 26/10/20

Crescimento

A ISA CTEEP está constantemente avaliando oportunidades no mercado para o seu crescimento e tem avançado neste âmbito. A estratégia da Companhia consiste em expandir a sua presença no território nacional através de leilões e/ou aquisições com sinergias com as operações existentes, respeitando a premissa de geração de valor sustentável.

Desde 2016, a Companhia arrematou treze lotes em leilões de transmissão realizados pela ANEEL, que somam investimento ANEEL (ponderado pela participação da ISA CTEEP) de R\$ 5 bilhões com incremento da RAP (ciclo 2020/2021) de cerca de R\$ 577 milhões, após a entrada em operação dos ativos. Até 30 de setembro de 2020, foram investidos cerca de R\$ 2 bilhões nos 13 projetos arrematados nos leilões de 2016 a 2019.

A Companhia já energizou 2 desses projetos (Itapura Bauru e Itaquerê), que foram executados com eficiência média de capex de 45% e antecipação média de 15 meses.

Outra importante avenida de crescimento é o investimento em projetos de reforços e melhorias. Nos últimos 7 anos, a Companhia investiu uma média de R\$ 215 milhões/ano com RAP média associada de cerca de R\$ 45 milhões/ano. É importante ressaltar que estes valores representam uma média, pois dependem de Resoluções Autorizativas da ANEEL, e podem não ser lineares. A Companhia possui autorizações para mais de R\$ 1 bilhão de investimentos em reforços e melhorias que serão executados nos próximos anos.

² IE Madeira, IE Garanhuns, IE Aimorés, IE Paraguauçu e IE Ivaí

3T20

Resultados



Leilões	Subsidiárias	% ISA CTEEP	Localidade	Investimento ANEEL Participação ISA CTEEP (R\$ MM)	Deságio	RAP ISA CTEEP Ciclo 2020/2021 (R\$ MM)	Assinatura do Contrato	Prazo de Implementação ANEEL	Data de Necessidade ¹	Licenciamento Ambiental (LI)	Início da Construção	Avanço Fundiário ²	Avanço Físico ³	Entrada em Operação Comercial
Leilão 013/2015 28/10/2016	IE Paraguaçu (Lote 3)	50%	Bahia Minas Gerais	255	0,0%	61	fev/17	fev/22	jan/19 ⁴	✓	2T19	96%	84%	-
	IE Aimorés (Lote 4)	50%	Minas Gerais	171	0,0%	41	fev/17	fev/22	jan/19 ⁴	✓	2T19	100%	84%	-
	IE Itaúnas (Lote 21)	100%	Espírito Santo	298	25,1%	53	fev/17	fev/22	jul/18	✓	3T18	100%	64%	-
Leilão 05/2016 24/04/2017	IE Ivaí (Lote 1)	50%	Paraná	968	33,2%	150	ago/17	ago/22	fev/21 ³	✓	4T19	74%	50%	-
	IE Tibagi ⁵ (Lote 5)	100%	São Paulo Paraná	135	32,2%	21	ago/17	ago/21	jan/17	✓	3T18	100%	99%	-
	IE Itaquerê (Lote 6)	100%	São Paulo	398	44,5%	52	ago/17	ago/21	jun/18	✓	3T18	100%	100%	3T20
	IE Aguapeí (Lote 29)	100%	São Paulo	602	52,7%	60	ago/17	ago/21	dez/18	✓	3T19	100%	93%	-
	IE Itapura (Lote 25)	100%	São Paulo (Bauru)	126	57,6%	12	ago/17	fev/21	ago/19	✓	2T18	100%	100%	3T19
Leilão 02/2018 29/06/2018	IE Itapura (Lote 10)	100%	São Paulo (Lorena)	238	73,9%	11	set/18	set/22	jan/20	✓	3T19	100%	79%	-
	IE Biguaçu (Lote 1)	100%	Santa Catarina	641	66,7%	41	set/18	set/23	set/21	4T20	-	50%	41%	-
Leilão 02/2019 19/12/2019	Minuano (Lote 1)	100%	Rio Grande do Sul	682	66,9%	38	mar/20	dez/24	jan/20	3T21	-	-	18%	-
	Três Lagoas (Lote 6)	100%	Mato Grosso do Sul São Paulo	99	68,1%	5	mar/20	jun/23	jan/20	1T21	-	5%	17%	-
	Triângulo Mineiro (Lote 7)	100%	Minas Gerais	554	65,4%	33	mar/20	dez/24	jan/20	3T21	-	-	18%	-
Total				5.165		577								

¹ Conforme contrato de concessão | ² Condicionado ao Lote 02 (Alupar) | ³ Para recebimento da totalidade da RAP | ⁴ Avanço Fundiário: evolução das propriedades liberadas | ⁵ Avanço do Projeto: evolução de todas as atividades relativas ao empreendimento até sua energização | ⁶ Valor da RAP da IE Tibagi não considera ajuste decorrente do aditivo contratual (-13,5%), aprovado pela Diretoria da ANEEL em 26/10/20

IE Paraguaçu

O empreendimento está localizado nos estados da Bahia e de Minas Gerais e é formado pela implementação de 338 km de linhas de transmissão. Em maio de 2019, a transmissora obteve a Licença de Instalação ("LI") para o empreendimento, emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis ("IBAMA"), e as obras iniciaram no 2T19.

IE Aimorés

O empreendimento está localizado no estado de Minas Gerais e é formado pela implementação de 208 km de linhas de transmissão. Em abril de 2019, a subsidiária obteve LI expedida pelo IBAMA e as obras iniciaram no 2T19.

IE Itaúnas

O empreendimento está localizado no estado do Espírito Santo e é formado pela implantação de 79 km de linhas de transmissão, a construção de uma nova subestação e a ampliação de uma subestação existente. A subsidiária iniciou as obras de ampliação no 3T18. As licenças de instalação para a linha de transmissão e para a construção da subestação foram expedidas em agosto de 2019, e suas obras iniciadas no 3T19.

IE Ivaí

O empreendimento está localizado no estado do Paraná e é formado pela implementação de 3 subestações com potência total de 2.988 MVA, além de 599 km de linhas de transmissão em Circuito Duplo. Em outubro de 2019, as obras foram iniciadas.

3T20

Resultados



IE Tibagi

O empreendimento do lote 5 do leilão de 2017 está localizado nos estados de São Paulo e Paraná e é formado pela implantação de uma linha de transmissão de 18 km e uma subestação. Em julho de 2018, a subsidiária obteve LI do IBAMA e as obras foram iniciadas no 3T18. O empreendimento está na fase de comissionamento e testes com perspectiva de obtenção do Termo de Liberação Definitiva ("TLD") no 4T20.

IE Itaquerê

O empreendimento está localizado no estado de São Paulo e é formado pela implantação de três compensadores síncronos 500 kV (-180/+300) MVA na subestação Araraquara 2 (existente, operada pela State Grid). A instalação desses equipamentos na subestação garante benefícios para o SIN, e em especial no controle de tensão para os sistemas de 440 e 500 kV do Estado de São Paulo. A subsidiária iniciou suas obras no 3T18. O primeiro equipamento foi energizado em julho e desde então recebe RAP parcial. Esse projeto foi entregue com eficiência de Capex de 40% e antecipação de 11 meses. A expectativa é obter o Termo de Liberação Definitivo ("TLD") no 4T20 para recebimento integral da RAP.

IE Aguapeí

O empreendimento está localizado no estado de São Paulo e é formado pela implantação de subestações de 1.400 MVA de potência e 111 km de linhas de transmissão. Em junho de 2019, a subsidiária obteve todas as LI's expedidas pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo ("CETESB") e iniciou suas obras no 3T19.

IE Itapura

O empreendimento do lote 25 do leilão de 2017 está localizado no estado de São Paulo e é formado pela implantação de um compensador estático 440 kV (-125/+250) MVar na subestação Bauru (existente). A instalação desse equipamento na subestação garante benefícios para o SIN, e em especial no controle de tensão na malha de 440 kV do Estado de São Paulo. As obras foram iniciadas no 2T18 e concluídas no 3T19, quando o empreendimento obteve o Termo de Liberação Definitiva ("TLD") do ONS referente ao início da sua operação comercial plena em 27 de agosto de 2019. Esse projeto foi concluído com eficiência de capex de 50% e antecipação de 18 meses.

Nessa SPE, foi incorporado o Lote 10 do leilão de 2018, formado pela implantação de uma subestação com potência máxima de 1.200 MVA, na cidade de Lorena, estado de São Paulo, e linha de transmissão de 6 km em circuito duplo. Em agosto de 2019, a subsidiária obteve LI expedida pela CETESB referente à subestação do empreendimento, dando início imediato às obras no 3T19.

IE Biguaçu

O empreendimento está localizado no estado de Santa Catarina e é formado pela implementação de uma subestação de 300 MVA de potência, a ampliação de uma subestação, e a construção de uma linha de transmissão de 57 km, incluindo trechos aéreos, submarinos e subterrâneos. A expectativa de obtenção da LI é no 4T20.

Projeto Três Lagoas (Tibagi)

O empreendimento está localizado no estado de São Paulo e Mato Grosso do Sul, formado pela implementação de 37 km de linhas de transmissão, além da ampliação de duas subestações. A expectativa de obtenção da LI é no 1T21.

Projeto Minuano (Evrecy)

O empreendimento está localizado no estado do Rio Grande do Sul e é formado pela implementação de uma subestação com 2.700 MVA de potência, além da construção de 169 km em linhas de transmissão, dos quais 44 km são em Circuito Duplo. A expectativa de obtenção da LI é no 3T21.



Projeto Triângulo Mineiro (IEMG)

O empreendimento está localizado no estado de Minas Gerais e é formado pela implementação de 4 subestações com potência total de 1.600 MVA, além de cerca de 172 km de linhas de transmissão. A expectativa de obtenção da LI é no 3T21.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A ISA CTEEP é uma empresa referência no setor em termos de desempenho. A Companhia realiza uma gestão constante e minuciosa de seus indicadores operacionais, entre os quais se destaca o Índice de Energia Não Suprida ("IENS"), obtido pela relação entre o total de energia não suprida durante todas as ocorrências no ano e o total da demanda de energia suprida pela Companhia. No 3T20, o IENS da Companhia totalizou $7,4 \times 10^{-6}$ vs. $1,9 \times 10^{-6}$ no 3T19. No acumulado do ano (9M20), o indicador foi de $4,9 \times 10^{-6}$ (vs. $9,7 \times 10^{-6}$ nos 9M19). Para o SIN, o IENS no acumulado do ano (9M20) totalizou $24,0 \times 10^{-6}$.

A ISA CTEEP é remunerada pela disponibilidade de seus ativos por meio da RAP. Isso significa que qualquer indisponibilidade em seus ativos poderá acarretar perda de sua receita, por meio de desconto na receita auferida (Parcela Variável - PV). No 3T20, a PV aplicada foi de 1,56% da RAP de rede básica e fronteira. No acumulado do ano (9M20), o indicador foi de 1,29%.

DESEMPENHO FINANCEIRO (Resultados Regulatórios)

Reajuste Anual da RAP

Em 15 de julho de 2020, foi publicada a Resolução Homologatória (REH) nº 2.725 estabelecendo as novas RAPs da ISA CTEEP e suas Subsidiárias pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o Ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 01 de julho de 2020 a 30 de junho de 2021 (ciclo 2020/2021).

De acordo com a REH nº 2.725, a RAP e os valores correspondentes à parcela de ajuste (PA) da **Controladora**, líquida de PIS e COFINS, passou a ser de R\$ 3.131 milhões no ciclo 2020/2021:

- i. correção monetária³ do ciclo 2019/2020 (IPCA), no total de R\$ 49 milhões, que inclui a correção de R\$ 29 milhões referente à parcela de recebimento da RBSE;
- ii. entrada em operação de novos projetos de reforços durante o Ciclo 2019/2020, que adicionou R\$ 10 milhões à RAP;
- iii. reintegração na RAP da parcela do "ke" do componente financeiro da RBSE, que estava suspensa por força de liminares;
- iv. efeitos da revisão tarifária periódica, que incluiu a revisão da base de ativos, alteração do WACC regulatório e definição de novo patamar para os custos de O&M, que juntos totalizam um impacto negativo de R\$ 73 milhões;

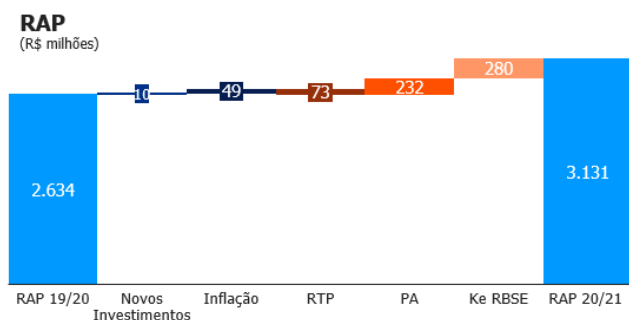
³ O IPCA e IGPM acumulados para o período de junho de 2019 a maio de 2020 foram de 6,50% e 1,88%, respectivamente.

3T20

Resultados



- v. parcela de ajuste positiva de R\$ 232 milhões explicada pelo recebimento da primeira parcela (parcela 01 de 03) da PA (RTP e RBSE) referente ao ajuste retroativo 2017-2020, no montante de +R\$ 303 milhões, parcialmente compensada pela devolução de receita recebida antecipadamente de -R\$ 71 milhões.



Impactos na RAP até a próxima RTP (2023)

- (-) RAP O&M (-4% a.a.) até 2023
- (+) Inflação
- (+) RAP de Novos Investimentos

A RAP das **Controladas** em operação (IEMG, Evrecy, IE Pinheiros, IE Serra do Japi, IENNE, IESUL e Itapura Bauru), líquida de PIS e COFINS, totalizou R\$ 237 milhões no ciclo 2020/2021. A variação apresentada é explicada pela:

- i. correção monetária do ciclo 2019/2020 no total de +R\$ 6 milhões;
- ii. pelo resultado do recurso administrativo em face a REH 2556/19, referente à revisão tarifária das subsidiárias IE Pinheiros e IESUL, que apresentou um aumento RAP da ordem de +R\$ 2 milhões, em comparação com os resultados inicialmente apontados pela citada REH; parcialmente compensadas; e
- iii. pela redução de 50% da RAP para o contrato 143/2001 da Serra do Japi, conforme contrato de concessão.

A RAP e os valores correspondentes à PA das **subsidiárias não consolidadas** (IE Madeira e IE Garanhus), líquida de PIS e COFINS, passaram para R\$ 647 milhões no ciclo 2020/2021. Esse aumento é explicado basicamente pela correção monetária do período e pelos efeitos positivos do resultado do recurso administrativo em face a REH 2556/19, referente à revisão tarifária da IE Madeira.

Abaixo demonstramos um quadro resumo com as novas RAPs para o ciclo 2020/2021. Os valores incluem encargos regulatórios, mas estão líquidos de PIS e COFINS.

3T20

Resultados



CONTROLADORA													
Concessionária (R\$ milhões)	Contrato	Índice	RAP Ciclo 19/20 REH 2.565	Inflação	Reforços Melhorias	Ke	RTP	RAP Ciclo 20/21 REH 2.725	PA	RAP Ciclo 20/21 ¹	RAP Ciclo 19/20	Var %	
ISA CTEEP	059/2001	IPCA	1.102	20	10	0	(76)	1.057	232	1.289	1.046	23%	
ISA CTEEP - RBSE			1.532	29	0	279	3	1.842		1.842	1.533	20%	
Total Controladora			2.634	49	10		(73)	2.899	232	3.131	2.579	21%	

SUBSIDIÁRIAS (100% ISA CTEEP)													
Concessionária (R\$ milhões)	Contrato	Índice	RAP Ciclo 19/20 REH 2.565	Inflação	Reforços Melhorias	RTP ²	Redução 50% RAP ³	RAP Ciclo 20/21 REH 2.725	PA	RAP Ciclo 20/21 ¹	RAP Ciclo 19/20	Var %	
Subsidiárias (100%) em Operação			281	7	1	2	(5)	286	3	289	271	7%	
IEMG	004/2007	IPCA	20	0	0	0	0	20	(0)	20	19	5%	
EVRECY ⁵	020/2008	IGP-M	13	1	0	0	0	13	(1)	13	10	28%	
	012/2008		11	0	0	0	0	11	0	12	11	7%	
	015/2008		37	1	1	1	0	39	1	39	35	13%	
IE PINHEIROS	018/2008	IPCA	6	0	0	(0)	0	6	(0)	6	6	-4%	
	021/2011		6	0	0	0	0	6	(0)	6	5	22%	
	026/2009		43	1	0	0	0	43	(0)	43	42	3%	
IE JAPI	143/2001	IGP-M	17	1	0	0	(5)	13	(0)	13	16	-18%	
IE NNE	001/2008	IPCA	48	1	0	0	0	49	4	53	46	14%	
IE SUL	013/2008	IPCA	6	0	0	0	0	6	0	6	6	7%	
	016/2008		13	0	0	1	0	14	1	14	12	19%	
IE ITAPURA	042/2017	IPCA	12	0	0	0	0	12	(0)	12	12	0%	
IE ITAQUERÉ	027/2017	IPCA	51	1	0	0	0	52	0	52	51	1%	
Consolidado ISA CTEEP em Operação			2.915	56	11	281	(78)	3.184	236	3.420	2.850	20%	

SUBSIDIÁRIAS (equivalência patrimonial)													
Concessionária (R\$ milhões)	Contrato	Índice	RAP Ciclo 19/20 REH 2.565	Inflação	Reforços Melhorias	RTP ⁴	Outros	RAP Ciclo 20/21 REH 2.725	PA	RAP Ciclo 20/21 ¹	RAP Ciclo 19/20	Var %	
Subsidiárias (não consolidadas) em Operação			624	12	0	13	0	649	(2)	647	602	7%	
IE MADEIRA (51% ISA CTEEP)	013/2009		285	5	0	7	0	297	(1)	296	273	9%	
IE GARANHUNS (51% ISA CTEEP)	015/2009	IPCA	245	5	0	6	0	255	(0)	255	238	7%	
	022/2011		94	2	0	0	0	96	(1)	95	91	5%	
Participação ISA CTEEP			318	6	0	7	0	331	(1)	330	307	7%	
ISA CTEEP em Operação			3.233	62	11	287	(78)	3.515	235	3.750	3.157	19%	

SUBSIDIÁRIAS EM CONSTRUÇÃO													
Concessionária (R\$ milhões)	Contrato	Índice	RAP Ciclo 19/20 REH 2.565	Inflação	Reforços Melhorias	RTP	Outros	RAP Ciclo 20/21 REH 2.725	PA	RAP Ciclo 20/21 ¹	RAP Ciclo 19/20	Var %	
Subsidiárias 100%			183	3	0	0	0	262	(0)	262	182	44%	
IE ITAÚNAS	018/2017	IPCA	52	1	0	0	0	53	0	53	52	3%	
IE TIBAGI	026/2017	IPCA	20	0	0	0	0	21	0	21	20	3%	
IE TIBAGI	006/2020	IPCA	0	0	0	0	0	5	0	5	0	N.A.	
IE AGUAPEÍ	046/2017	IPCA	59	1	0	0	0	60	0	60	59	2%	
IE ITAPURA	021/2018	IPCA	11	0	0	0	0	11	(0)	11	11	-1%	
IE BIGUAÇU	012/2018	IPCA	40	1	0	0	0	41	0	41	40	3%	
EVRECY ⁵	001/2020	IPCA	0	0	0	0	0	38	0	38	0	N.A.	
IEMG	007/2020	IPCA	0	0	0	0	0	33	0	33	0	N.A.	
Subsidiárias (não consolidadas)			492	9	0	0	0	501	0	501	491	2%	
IE PARAGUAÇU (50% ISA CTEEP)	003/2017	IPCA	118	2	0	0	0	121	0	121	118	2%	
IE AIMORÉS (50% ISA CTEEP)	004/2017	IPCA	79	1	0	0	0	81	0	81	79	2%	
IE IVAÍ (50% ISA CTEEP)	022/2017	IPCA	294	6	0	0	0	300	0	300	294	2%	
Participação ISA CTEEP			246	5	0	0	0	251	0	251	246	2%	
ISA CTEEP em construção			429	8	-	-	-	513	(0)	513	428	20%	
ISA CTEEP em operação e em construção			3.662	70	11	287	(78)	4.028	235	4.263	3.585	19%	

¹ RAP ciclo 2020/2021 com PA

² Considera o resultado do recurso administrativo em face a REH 2556/19 e resultado da RTP de reforços e melhorias (REH 2702 e 2705/20)

³ Contrato 143 da Serra do Japi prevê redução de 50% da RAP a partir de Novembro de 2019. No ciclo 19/20, o impacto da redução foi parcial. O ciclo 20/21 é o primeiro com impacto integral

⁴ Considera o resultado do recurso administrativo em face a REH 2556/19

⁵ Inclui PIS / COFINS

⁶ Valor da RAP da IE Tibagi não considera ajuste decorrente do aditivo contratual (-13,5%), aprovado pela Diretoria da ANEEL em 26/10/20

3T20

Resultados

Receita Operacional

No 3T20, a receita operacional bruta consolidada atingiu R\$ 956,2 milhões (+R\$ 173,7 milhões vs. 3T19). Esse resultado é explicado, principalmente, pelo impacto positivo do ciclo da RAP 2020/2021, que considera a variação positiva do IPCA na receita de O&M e da RBSE, pela entrada em operação de projetos de reforços e melhorias, parcialmente compensados pela menor receita de O&M no contrato renovado (contrato 059) em função da Revisão Tarifária Periódica ("RTP"). No 3T20 foi registrado também um complemento à PA (RTP e RBSE) contabilizada no 2T20, no montante de +R\$ 75,3 milhões, sendo composto por (i) +R\$ 12 milhões referente à parcela do Ke retroativo (2017-2020) no componente financeiro; e (ii) +R\$ 63 milhões referentes à PA do CAIMI retroativo (2018-2020), que compõe a receita de O&M.

Importante ressaltar que a PA do reajuste tarifário da ISA CTEEP no ciclo 2020/2021 teve registro contábil integral de -R\$ 74,3 milhões no 3T20, no entanto, o impacto caixa desse evento acontece ao longo do ciclo (de julho de 2020 a junho de 2021).

Nos 9M20, a receita operacional bruta consolidada atingiu R\$ 3.508,2 milhões (+R\$ 1,1 bilhão vs. 9M19). Esse incremento é explicado pela PA referente à aplicação retroativa da RTP do contrato 059, e da remuneração do componente financeiro da RBSE pelo custo do capital próprio ("Ke"), que totalizou R\$ 969 milhões, dos quais R\$ 894,1 milhões foram contabilizados no 2T20. O recebimento da PA (RTP e RBSE) acontecerá em 3 anos, de julho de 2020 a 2023.

Receita Operacional (R\$ Milhões)	Consolidado					
	3T20	3T19	Var (%)	9M20	9M19	Var (%)
Receita de Uso da Rede Elétrica	944,4	772,6	22,2%	3.481,3	2.372,9	46,7%
RBSE	493,7	415,5	18,8%	1.324,6	1.209,4	9,5%
Receita de O&M	225,3	243,0	-7,3%	712,3	710,8	0,2%
<i>Novos investimentos</i>	14,8	12,6	17,2%	40,4	36,2	11,8%
<i>Ativos existentes</i>	210,5	230,4	-8,6%	671,9	674,6	-0,4%
Receita de CAAE	145,5	123,1	18,2%	398,2	357,5	11,4%
<i>Novos investimentos</i>	100,9	81,2	24,2%	268,4	234,4	14,5%
<i>Ativos existentes</i>	44,6	41,9	6,5%	129,9	123,2	5,4%
PA, PV e Antecipações	35,6	-56,2	-163,4%	920,0	-34,0	-2803,6%
<i>PA (RBSE e RTP)</i>	75,3	-	n.a.	969,4	-	n.a.
<i>PA (Reajuste Tarifário)</i>	-74,3	-71,4	4,0%	-74,3	-71,4	4,0%
<i>Outras PA, PV e Antecipações</i>	34,6	15,2	128,1%	24,9	37,3	-33,4%
Encargos Regulatórios	44,4	47,3	-6,2%	126,1	129,2	-2,3%
Outras	11,7	9,9	18,5%	26,9	24,1	11,8%
Receita Bruta	956,2	782,5	22,2%	3.508,2	2.396,9	46,4%
Deduções	-134,9	-124,0	8,8%	-456,0	-351,8	29,6%
Receita Líquida	821,3	658,5	24,7%	3.052,2	2.045,1	49,2%

As deduções da receita bruta referem-se aos impostos (PIS/COFINS) e encargos regulatórios (CDE, PROINFA, RGR, P&D e Taxa de Fiscalização) que são repassados na tarifa (*grossup*). As deduções atingiram R\$ 134,9 milhões 3T20 e R\$ 456,0 milhões nos 9M20. As variações devem-se, principalmente, ao incremento de PIS e COFINS sobre a PA da RTP e do Ke. Desta forma, a receita líquida totalizou R\$ 821,3 milhões no 3T20 e R\$ 3.052,2 milhões nos 9M20.

3T20

Resultados

Custos e Despesas de O&M

Custos e Despesas de O&M (R\$ milhões)	Consolidado					
	3T20	3T19	Var (%)	9M20	9M19	Var (%)
Pessoal	(79,1)	(87,5)	-9,6%	(229,7)	(256,7)	-10,5%
Materiais	(4,1)	(3,9)	3,0%	(11,0)	(10,7)	2,6%
Serviços	(31,3)	(38,6)	-18,9%	(88,4)	(125,8)	-29,8%
Contingências	(4,2)	1,5	(383,1%)	(3,4)	(4,6)	(26,5%)
Outros	(20,5)	(20,9)	(1,8%)	(60,9)	(52,5)	16,0%
Sub -Total	(139,2)	(149,5)	-6,9%	(393,4)	(450,3)	-12,6%
Depreciação	(139,8)	(143,9)	(2,9%)	(420,6)	(433,4)	(3,0%)
Total	(279,0)	(293,4)	-4,9%	(814,0)	(883,8)	-7,9%
Não recorrentes	5,2	(3,6)	(244,4%)	7,7	24,2	(68,2%)
Total (ex-não recorrentes)	(273,8)	(297,0)	-7,8%	(806,3)	(859,6)	-6,2%

Os custos e despesas de O&M (PMSO), ex-depreciação, totalizaram R\$ 139,2 milhões no 3T20 (-6,9% vs. 3T19) e R\$ 393,4 milhões nos 9M20 (-12,6% vs. 9M19). As variações podem ser explicadas:

- (i) pela redução na linha de pessoal devido à menor quantidade de colaboradores em 2020 na comparação com o mesmo período de 2019 e ganhos de eficiência com readequação de processos e na operação;
- (ii) pela redução na linha de serviços em função, principalmente, dos gastos não recorrentes com honorários advocatícios (R\$ 28 milhões) ocorridos no 2T19 e do menor gasto com serviços relacionados a viagens, eventos e treinamentos;
- (iii) pelo resultado na linha de contingências devido à mudança de prognósticos em que foram realizadas provisões em 2020, já no 3T19 houve reversão de provisão; parcialmente compensados
- (iv) pela elevação na linha de outros devido à multa de auto de infração (não recorrente), indenização fundiária, maiores gastos com seguros e licenciamento de *software*.

Excluindo os efeitos não recorrentes (auto de infração e honorários advocatícios), o PMSO teria apresentado redução de 7,8% no 3T20 vs. 3T19 e de 6,2% no acumulado do ano vs. 9M19.

3T20

Resultados

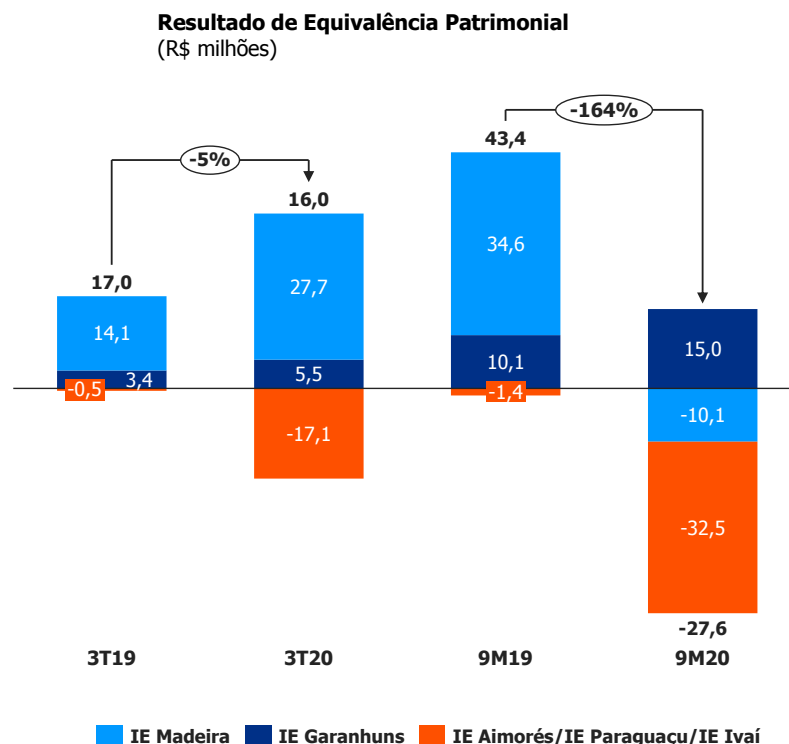
Equivalência Patrimonial

No 3T20 o resultado da equivalência patrimonial registrou receita de R\$ 16,0 milhões, redução de 5,5% a do 3T19. Nos 9M20 o resultado da equivalência patrimonial foi uma despesa de R\$ 27,6 milhões versus uma receita de R\$ 43,4 milhões nos 9M19.

A IE Madeira apresentou evolução de 96% no resultado do 3T19 para o 3T20 explicado pelo melhor resultado operacional e disciplina de custos. No acumulado do ano, o resultado reflete o reconhecimento de provisão referente ao processo judicial de arbitragem contabilizado no 2T20, parcialmente compensado pelo melhor resultado operacional e pela disciplina de custo, com o recebimento integral da RAP a partir de setembro de 2019.

A IE Garanhuns apresentou evolução no resultado de 61% no trimestre e 49% no acumulado do ano em função do melhor EBITDA e resultado financeiro.

Nas subsidiárias pré-operacionais, ambas as variações são explicadas, principalmente, pelas despesas com encargos e variação monetária decorrente da emissão de debêntures da IE Ivaí para o *funding* do projeto.



3T20

Resultados

EBITDA e Margem

EBITDA (R\$ milhões)	Consolidado					
	3T20	3T19	Var (%)	9M20	9M19	Var (%)
Receita líquida	821,3	658,5	24,7%	3.052,2	2.045,1	49,2%
Custos e despesas (ex-depreciação)	(139,2)	(149,5)	(6,9%)	(393,4)	(450,3)	-12,6%
Outras despesas e receitas operacionais (ex-amortização)	(13,2)	1,2	(1.207,1%)	123,1	(6,8)	-1902,2%
EBITDA	668,8	510,3	31,1%	2.781,8	1.587,9	75,2%
Provisão da PA (RTP e RBSE)	(67,7)	-	n.a.	(871,1)	-	n.a.
Recebimento da PA (RTP e RBSE)	72,6	-	n.a.	72,6	-	n.a.
Não recorrentes ¹	5,2	(3,6)	n.a.	7,7	24,2	(68,2%)
EBITDA Ajustado	678,9	506,7	34,0%	1.991,1	1.612,1	23,5%
Receita Líquida Ajustada²	826,2	658,5	25,5%	2.253,7	2.045,1	10,2%
Margem EBITDA Ajustada²	82,2%	76,9%	5,2 p.p	88,3%	78,8%	9,5 p.p

¹Considera auto de infração e honorários advocatícios | ²Considera receita líquida ajustada pela PA (RTP e RBSE)

O EBITDA totalizou R\$ 668,8 milhões no 3T20, aumento de 31,1% em relação ao 3T19. No acumulado de 2020, o EBITDA alcançou R\$ 2.781,8 milhões, aumento de 75,2% em relação aos 9M19. Esses resultados são explicados, principalmente, pelos seguintes fatores: (i) contabilização da RTP retroativa (2018-2020) e da remuneração do componente financeiro da RBSE pelo ke de 2017 a 2020 realizada no 2T20 com complemento no 3T20 – PA (RTP e RBSE); (ii) efeito do reajuste tarifário; e (iii) menores custos e despesas operacionais na comparação dos períodos. A PA (RTP e RBSE) de R\$ 871,1 milhões será recebida em 3 anos (de julho de 2020 a 2023).

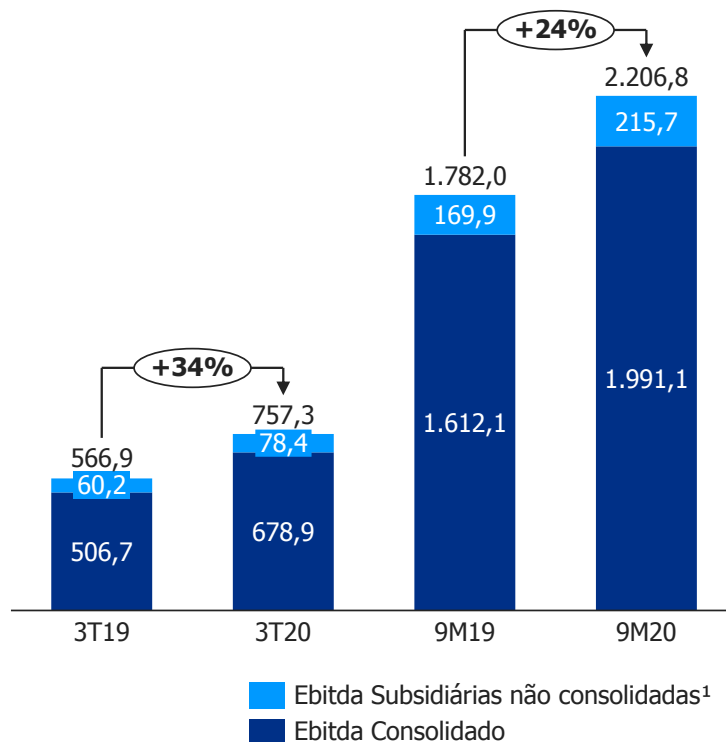
Para refletir a geração de caixa operacional, a Companhia apresenta o EBITDA Ajustado, que totalizou R\$ 678,9 milhões no 3T20, aumento de 34,0% na comparação com o 3T19. Nos 9M20, o EBITDA Ajustado totalizou R\$ 1.991,1 milhão, aumento de 23,5% comparado aos 9M19. O ajuste considera o valor recebido da PA (RTP e RBSE) no período e exclui o valor provisionado, além de excluir os efeitos não recorrentes para apresentar uma visão mais adequada da geração de caixa operacional da Companhia.

O EBITDA da participação da ISA CTEEP nas subsidiárias não consolidadas IE Madeira e IE Garanhuns totalizou R\$ 68,0 milhões e R\$ 10,3 milhões no 3T20, respectivamente. Já no acumulado de 2020, o EBITDA da IE Madeira foi de R\$ 186,1 milhões e o de IE Garanhuns foi de R\$ 29,6 milhões. Dessa forma, o EBITDA Ajustado considerando Madeira e Garanhuns foi de R\$ 757,3 milhões no trimestre (+33,6% vs 3T19) e de R\$ 2.206,8 milhões (+23,8% vs 9M19).

3T20

Resultados

EBITDA Ajustado
(R\$ milhões)



¹ IE Madeira, IE Garanhuns, IE Aimorés, IE Paraguauá e IE Ivaí

Resultado Financeiro

O resultado financeiro consolidado atingiu despesa de R\$ 51,1 milhões no 3T20, acréscimo de R\$ 16,7 milhões comparado à despesa no 3T19, em função de novas captações (8ª emissão de debêntures, CCB e desembolsos BNDES) e do menor rendimento de aplicações financeiras, em decorrência da queda do CDI.

Nos 9M20, o resultado financeiro atingiu despesa de R\$ 127,1 milhões, redução de R\$ 11,7 milhões na comparação com os 9M19. Tal resultado é explicado pela menor variação sobre empréstimos e debêntures devido à queda da taxa de juros e ao menor impacto do CDI pela liquidação das dívidas nos termos da Lei 4.131.

Resultado Financeiro (R\$ milhões)	Consolidado					
	3T20	3T19	Var (%)	9M20	9M19	Var (%)
Receita Financeira	69,6	132,3	-47,4%	360,6	319,2	13,0%
Rendimento de aplicação financeira	8,5	19,9	-57,1%	41,0	52,7	-22,3%
Operação de hedge	60,2	109,2	-44,9%	304,3	259,7	17,2%
Outros	0,9	3,1	-72,2%	15,4	6,7	127,6%
Despesa Financeira	(120,7)	(167,7)	-28,0%	(488,2)	(458,2)	6,6%
Juros e encargos sobre empréstimos	(43,9)	(38,2)	14,8%	(127,2)	(111,4)	14,2%
Operação de hedge	(61,1)	(120,7)	-49,3%	(315,3)	(295,7)	6,6%
Outras	(15,7)	(8,8)	78,9%	(45,7)	(51,1)	-10,5%
Total	(51,1)	(35,4)	44,6%	(127,7)	(139,1)	-8,2%

3T20

Resultados

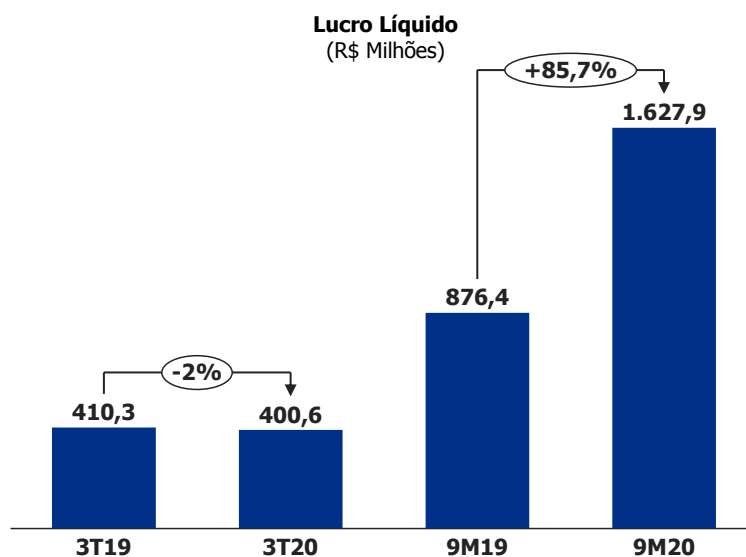


Outras Receitas Operacionais

Foi registrada despesa de R\$ 13,8 milhões no 3T20 e uma receita de R\$ 121,2 milhões no acumulado do ano (9M20). Esse resultado é explicado, principalmente, pelo ganho com as operações de *real estate* registradas no 2T20.

Lucro Líquido¹

O lucro líquido registrado no 3T20 foi de R\$ 400,6 milhões, praticamente estável em relação ao 3T19. O melhor resultado operacional em 2020 foi neutralizado pelo maior imposto de renda e contribuição social em decorrência do benefício fiscal com o pagamento de JCP no 3T19. O lucro líquido nos 9M20 foi impulsionado pelo melhor EBITDA e resultado financeiro.



¹ Ajustado pela participação do acionista não controlador

3T20

Resultados

Comparativo de Resultados (Regulatório vs. IFRS)

DRE Consolidada (R\$ milhões)	IFRS	Regulatório	Variação	IFRS	Regulatório	Variação
IFRS vs. Regulatório	3T20	3T20		9M20	9M19	
Receita Operacional Bruta	1.204	956	-248	3.859	3.508	-351
Receita de O&M ¹	234	234	0	781	781	0
Receita CAAE ²	0	142	142	0	406	406
Receita RBSE	332	494	161	2.025	1.325	-700
Parcela de Ajuste (P.A.) RBSE	38	75	37	-42	969	1.011
Implementação de infraestrutura	207	0	-207	552	0	-552
Remuneração do ativo da concessão	211	0	-211	345	0	-345
Ganho na eficiência	171	0	-171	171	0	-171
Outras receitas	12	12	0	27	27	0
Deduções	-133	-135	-2	-464	-456	8
Receita Operacional Líquida	1.072	821	-250	3.395	3.052	-343
Custos de Construção	-187	0	187	-526	0	526
Custos de O&M e Despesas Gerais	-183	-139	44	-425	-393	32
Depreciação	-5	-140	-135	-14	-421	-406
Resultado do Serviço	696	542	-154	2.430	2.238	-191
Equivalência Patrimonial	33	16	-17	0	-28	-27
Amortização do ágio	-1	-1	0	-2	-2	0
Outras receitas (despesas)	-4	-13	-9	149	123	-26
Resultado Antes do Resultado Financeiro e Tributos	724	544	-180	2.576	2.332	-244
Resultado Financeiro	-55	-51	3	-132	-128	4
IR & CSLL	-174	-91	83	-660	-557	103
Lucro Líquido antes da participação do não controlador	496	403	-93	1.784	1.647	-137
Acionista não controlador	-2	-2	0	-19	-19	0
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	494	401	-93	1.765	1.628	-137

As principais variações entre o resultado consolidado em IFRS e Regulatório no trimestre e acumulado do ano estão apresentadas abaixo:

¹ Contempla RAP de O&M, PA, PV, Antecipações e Encargos Regulatórios da Controladora e das Subsidiárias

² Contempla Receita de CAAE (Custo Anual dos Ativos Elétricos) da Controladora e das Subsidiárias

Receita: No IFRS, as receitas referentes aos investimentos realizados ao longo da concessão são registradas como ativo contratual. No regulatório, os investimentos são tratados como ativo imobilizado, depreciados considerando sua vida útil, e a RAP conforme o faturamento, no prazo da concessão.

3T20

Resultados



Custos: No IFRS, os custos de implementação de infraestrutura referem-se ao investimento realizado, neutralizados pela receita de implementação de infraestrutura, calculada a partir do investimento acrescido das alíquotas de PIS/COFINS e outros encargos.

Depreciação: No IFRS, o ativo da concessão não é considerado ativo imobilizado, e sim ativo contratual ou financeiro. O imobilizado do IFRS refere-se substancialmente a bens utilizados pela Companhia e não vinculado ao contrato de concessão. No Resultado Regulatório, o ativo da concessão é considerado imobilizado, com sua respectiva depreciação.

Equivalência Patrimonial: Os principais efeitos da equivalência patrimonial acompanham as explicações da receita, custos e depreciação explicados acima.

IR/CSLL: No IFRS, o IR/CSLL são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurado conforme previsto na Lei 12.973/14. A Companhia adota o regime de lucro real com estimativa mensal. A alíquota efetiva consolidada no 3T20 totalizou 26% e no acumulado do ano 27%.

ENDIVIDAMENTO

Em 30 de setembro de 2020, a dívida bruta atingiu o montante de R\$ 3.259,0 milhões, aumento de R\$ 15,1 milhões em relação ao saldo verificado em 31 de dezembro de 2019, principalmente em função da captação (CCB) realizada no 2T20. No 3T20 houve a liquidação das dívidas nos termos da Lei 4.131 que contavam com operações de SWAP (hedge).

Em função do CPC 06 (R2), a partir de janeiro de 2019, a Companhia passou a reconhecer os passivos para pagamentos futuros para todos os contratos de arrendamento, com exceção dos contratos de curto prazo e/ou baixo valor. No 3T20, foram adicionados R\$ 57,2 milhões à dívida bruta do IFRS referentes aos arrendamentos que a Companhia possui. Desta forma, a dívida bruta do IFRS totalizou R\$ 3.316,2 milhões. A contabilidade regulatória não foi alterada.

O aumento nas disponibilidades da ISA CTEEP e subsidiárias 100% no 3T20 reflete as captações para reforço da posição de caixa. Considerando a exclusão das disponibilidades das subsidiárias não consolidadas⁴, a dívida líquida da Companhia atingiu R\$ 2.246,1 milhões ao final de setembro de 2020 vs. R\$ 2.546,6 milhões em dezembro de 2019 e a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado foi de 0,9x no fechamento do 3T20.

⁴ IE Madeira, IE Garanhuns, IE Aimorés, IE Paraguaçu e IE Ivaí

3T20

Resultados

Empréstimos e Financiamentos			
R\$ (milhões)	30/09/2020	31/12/2019	Var (%)
Dívida Bruta	3.259,0	3.243,9	0,5%
Curto Prazo	638,7	1.077,4	(40,7%)
Longo Prazo	2.620,3	2.166,4	21,0%
Disponibilidades Consolidadas	1.340,8	2.664,6	-49,7%
Disponibilidades ISA CTEEP e Subsidiárias 100%	1.012,9	697,3	45,3%
Disponibilidades Subsidiárias não consolidadas ¹	327,9	1.967,3	-83,3%
Dívida Líquida²	2.246,1	2.546,6	-11,8%

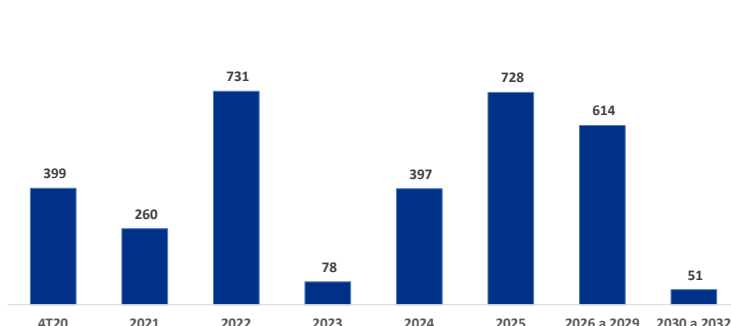
¹ Parte dos recursos da Companhia estão em fundos de investimentos exclusivos, que também são utilizados de forma segregada pelas subsidiárias 100% e subsidiárias não consolidadas (IE Madeira, IE Garanhuns, IE Aimorés, IE Paraguaçu e IE Ivaí), e referem-se a quotas de fundos de investimentos com alta liquidez, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente do vencimento dos ativos neles alocados

² Dívida líquida considera disponibilidades ISA CTEEP e subsidiárias 100%

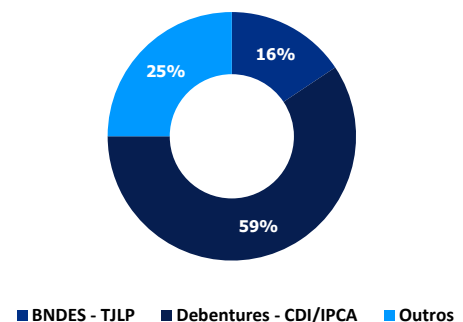
Os *covenants* e as exigências estabelecidas em todas as emissões estão sendo devidamente cumpridos pela Companhia. Para 2020, o indicador Dívida Líquida/EBITDA mais restritivo é de 3,0x. Detalhes sobre os indicadores financeiros estão disponíveis no anexo V deste documento.

O custo médio da dívida consolidada foi de 6,03% a.a. em 30 de setembro de 2020 vs. 7,46% a.a. em 31 de dezembro de 2019, em função da queda do IPCA entre os períodos. O IPCA é o principal indexador de endividamento da Companhia e o principal indexador da receita. O prazo médio da dívida consolidada em 30 de setembro de 2020 era de 3,7 anos.

Cronograma de Amortização da Dívida Bruta
(R\$ milhões)



Contratação da Dívida e Indexação
30/09/2020



De outubro a dezembro de 2020 estão previstos vencimentos de dívida no montante de R\$ 398,7 milhões compostos, principalmente, pela 6ª emissão de debêntures.

3T20

Resultados

PROVENTOS

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo que seja o maior valor entre R\$ 359 milhões e 25% do lucro líquido do exercício (IFRS).

Em junho de 2018, a administração informou a prática de proventos com proposta de distribuição de, no mínimo, 75% do lucro líquido regulatório (utilizado como proxy da geração de caixa), sujeita à aprovação em Assembleia, limitado à alavancagem máxima de 3,0x Dívida Líquida/EBITDA, e possibilidade de pagamento de dividendos intercalares, conforme previsto no Estatuto Social.

O Conselho de Administração aprovou proventos intermediários que serão imputados aos dividendos obrigatórios relativos ao exercício social de 2020 no montante de R\$ 594 milhões, da seguinte forma: (i) juros sobre capital próprio (JCP) no montante de R\$ 150 milhões, equivalente a R\$ 0,228164 por ação, aprovados em 13 de abril e pagos em 29 de abril aos acionistas na base acionária de 16 de abril (ações negociadas ex-direito a partir de 17 de abril de 2020); (ii) dividendos no montante de R\$ 100 milhões, equivalente a R\$ 0,151772 por ação, aprovados em 01 de julho e pagos em 16 de julho aos acionistas na base acionária de 06 de julho (ações negociadas ex-direito a partir de 07 de julho de 2020); e dividendos no montante de R\$ 344 milhões, equivalente a R\$ 0,522095 por ação, aprovados em 29 de outubro a serem pagos em 13 de novembro aos acionistas na base acionária de 04 de novembro (ações negociadas ex-direito a partir de 05 de novembro de 2020).

Ainda em 2020 está prevista mais uma deliberação de proventos, em dezembro, com pagamento em 2021.

INVESTIMENTOS

A ISA CTEEP, suas subsidiárias 100% e subsidiárias não consolidadas⁵ investiram R\$ 637,2 milhões no 3T20, aumento de R\$ 323,5 milhões em relação ao mesmo período de 2019. Já nos 9M20, os investimentos totalizaram de R\$ 920 milhões, aumento de R\$ 438,5 milhões em relação aos 9M19. Essas variações são explicadas, principalmente, pelo aumento nos investimentos das subsidiárias pré-operacionais com o avanço das obras. A Companhia possui de mais R\$ 1 bilhão de investimentos autorizados em reforços e melhorias que deverão acontecer nos próximos anos.

Investimentos (R\$ milhões)	3T20	3T19	Var (%)	9M20	9M19	Var (%)
Reforços/Melhorias	56,0	51,6	8,6%	126,4	72,1	75,4%
Projetos <i>Greenfield</i>	581,2	262,1	121,7%	793,6	409,4	93,8%
Total	637,2	313,7	103,1%	920,0	481,5	91,1%

⁵ IE Madeira, IE Garanhuns, IE Aimorés, IE Paraguaçu e IE Ivaí

3T20

Resultados



SUSTENTABILIDADE

A ISA CTEEP é signatária do Pacto Global desde 2011, e seus compromissos são reforçados pela estratégia da Companhia, que tem como foco a geração de valor sustentável e responde a desafios globais expressos na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). A Companhia busca contribuir com o alcance dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), considerando prioritariamente seis deles:



Aporta recursos e conhecimentos em prol das novas gerações, a partir da estratégia de investimento social privado e do programa de voluntariado. Estabelece conexões com crianças e jovens de comunidades para que finalizem seus ciclos educativos satisfatoriamente e apoia empreendedores para que suas ideias de negócio se fortaleçam.



Contribui por meio da transmissão de energia elétrica, participando ativamente do setor elétrico e nos ecossistemas de inovação, desenvolvendo iniciativas para a criação de uma sociedade com infraestrutura inovadora e que proporciona bem-estar e acesso à energia com confiabilidade e segurança para população.

A Companhia reforça seu compromisso na conexão de energia renovável, a partir de emissões de debêntures verdes (*GreenBonds*) para execução de reforços, melhorias e investimentos em novos projetos.



O “Conexão Jaguar”, um dos programas de sustentabilidade da Companhia, tem como principais objetivos, a conservação da biodiversidade, a mitigação das mudanças do clima e o desenvolvimento local. Atualmente apoia uma das regiões reconhecidas como Patrimônio Natural da Humanidade – Serra do Amolar, Pantanal – com a conservação de 76 mil hectares de áreas preservadas. Para saber mais, acesse: <https://conexionjaguar.org/pt-br/conexao-jaguar/>. Em setembro, o programa foi reconhecido pela *Environmental Finance* como *Best Corporate Offsetting Programme*.



O inventário de emissão de gases de efeito estufa da ISA CTEEP obteve o Selo Ouro do Programa Brasileiro do GHG Protocol em 2020. Esse reconhecimento decorre do seu compromisso com a transparência.



A Companhia conta com o Programa de Ética Empresarial e Integridade, além da Política Anticorrupção, que orienta a conduta dos colaboradores nas interações com seus públicos de relacionamento.

Incêndios no Pantanal

A ISA CTEEP reforça seu compromisso com a conservação da biodiversidade, por meio do Programa do Conexão Jaguar, e se solidariza com as entidades parceiras que atuam no combate aos incêndios que assolam o Pantanal. Com o objetivo de proteger fauna, flora e comunidades locais, a companhia transcende os objetivos do Programa, apoiando as atividades do Instituto Homem Pantaneiro, no controle do fogo. Além disso, outras iniciativas de apoio à divulgação de campanhas solidárias foram desenhadas com o intuito de potencializar as arrecadações.



Investimento Social Incentivado

A ISA CTEEP apoia projetos sociais a partir da aplicação de recursos incentivados. No ano de 2019 foram investidos mais de R\$ 8 milhões em 12 instituições distintas. Muitos desses projetos são realizados no ano subsequente ao ano do investimento. Durante a execução dos projetos, a Companhia participa ativamente no acompanhamento e elaboração das atividades, sendo que nesse trimestre destaca-se a Virada Sustentável, maior festival da América Latina, com a programação pautada nos 17 ODS da ONU.

O festival ocorreu de 16 de setembro à 18 de outubro de 2020 e teve como tema "Refuturo, repense, recrie, regenere". A Companhia ofereceu o painel virtual "Biomassas em Foco: Desafios e Soluções para a Preservação", no qual o CEO Rui Chammas, representou a companhia reforçando o compromisso a sustentabilidade.

COVID-19

A ISA CTEEP presta um serviço essencial para a sociedade, e tem o compromisso e a responsabilidade de preservar a saúde e segurança de seus públicos de relacionamentos. Por isso, foram adotadas medidas de proteção e de monitoramento dos impactos causados pela pandemia.

Para garantir a excelência na operação e no serviço prestado, foram realizadas as seguintes ações com o compromisso de garantir a saúde e segurança dos colaboradores e terceiros:

- Adoção do teletrabalho para 100% das equipes administrativas;
- Atividades que, pela sua natureza, requerem trabalho presencial, passaram a ser realizadas em regime de alojamento. Esse regime será flexibilizado de acordo com a evolução da situação nas diferentes cidades em que a Companhia está presente;
- Espelhamento do Centro de Operação da Transmissão, que fica em Jundiá, no centro de retaguarda, em Cabreúva;
- Ativos em construção seguindo todos os protocolos de segurança recomendados;
- Acompanhamento diário por meio de um comitê multidisciplinar, com a participação da alta direção; e
- Monitoramento e promoção da saúde física e mental dos colaboradores, com a criação do canal de saúde (disponível 24 horas), e reforço de comunicações internas sobre a COVID-19.

MERCADO DE CAPITAIS

A ISA CTEEP possui ações ordinárias ("TRPL3") e ações preferenciais ("TRPL4") listadas e negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo ("B3") e integra, desde 2002, o Nível 1 de Governança Corporativa, valorizando a ética e transparência no relacionamento com acionistas e demais *stakeholders* da Companhia. As ações da Companhia integram diversos índices, entre eles, o Índice de Governança Corporativa, em que estão listadas as empresas com padrões diferenciados de governança corporativa e o Índice Brasil 100, que reúne as ações mais negociadas na B3. Adicionalmente, a Companhia participa do programa de *American Depositary Receipts* ("ADRs") – Regra 144A, nos Estados Unidos sob os códigos "CTPTY" (ação ordinária) e "CTPZY" (ação preferencial).

As ações ordinárias e preferenciais da ISA CTEEP encerraram o 3T20 cotadas a R\$ 26,00 e R\$ 21,79, respectivamente. O valor de mercado da Companhia, em 30 de setembro de 2020, era de R\$ 15,4 bilhões.

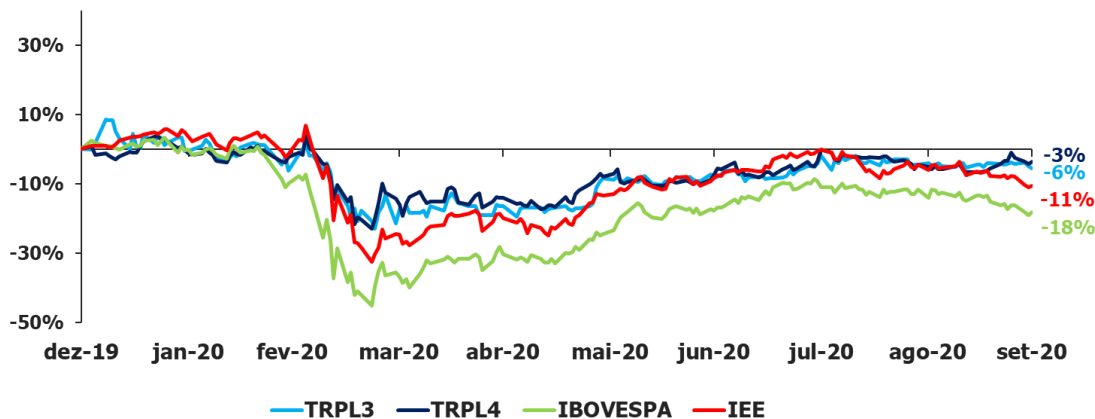
No 3T20, o volume médio diário de negociação das ações preferenciais na B3 foi de R\$ 36,5 milhões, 10% acima daquele verificado no 3T19 (R\$ 33,3 milhões).

3T20

Resultados



Desempenho TRPL3, TRPL4 vs. IBOV e IEE (base 100): 30/12/2019 a 30/09/2020



EVENTOS DO PERÍODO

Deliberação de dividendos no montante de R\$ 100 milhões

Em 01 de julho de 2020, a Companhia informou a aprovação em Reunião do Conselho de Administração do pagamento de dividendos no valor total de R\$100 milhões, a título de dividendos intermediários, correspondentes a R\$ 0,151772 por ação de ambas as espécies. Os dividendos intermediários serão imputados aos dividendos obrigatórios relativos ao exercício social de 2020.

[Clique aqui](#) para acessar os detalhes.

Pagamento de juros referente à 4ª Emissão de Debêntures

A Companhia informou o pagamento de juros, em 15 de julho, no valor de R\$ 68,51611960 por debênture aos detentores das debêntures referentes à 4ª Emissão de Debêntures Simples.

[Clique aqui](#) para acessar os detalhes.

Assembleia Geral Extraordinária

Em 17 de julho, a Companhia realizou a Assembleia Geral Extraordinária para eleição da Sra. Raquel Mazal Krauss membro suplente do Conselho Fiscal em separado pelos acionistas detentores de ações preferenciais.

[Clique aqui](#) para acessar os detalhes.

Em 14 de setembro, a Companhia realizou a Assembleia Geral Extraordinária para reformar e consolidar o Estatuto Social da Companhia.

[Clique aqui](#) para acessar os detalhes.

3T20

Resultados



Eleição para compor Diretoria Executiva

Em 20 de agosto, o Conselho de Administração elegeu, com efeitos a partir de 01 de outubro de 2020, a Sra. Gabriela Desiré Olímpio Pereira como nova Diretora Técnica da Companhia.

[Clique aqui](#) para acessar os detalhes.

Em 22 de setembro, o Conselho de Administração elegeu, com efeitos a partir de 01 de outubro de 2020, a Srta. Silvia Diniz Wada como Diretora Executiva de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios

[Clique aqui](#) para acessar os detalhes.

Conclusão do projeto Itaquerê

Em 29 de outubro de 2020, a Companhia informou que IE Itaquerê, subsidiária 100% da ISA CTEEP, obteve o Termo de Liberação Parcial ("TLP") do Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") referente ao início da operação, com 11 meses de antecedência do prazo ANEEL. A IE Itaquerê foi formada para executar o empreendimento do lote 06 do leilão de transmissão no 005/2016 realizado em abril de 2017. Está localizada no estado de São Paulo e consiste na implantação de três compensadores síncronos 500 kV (-180/+300) MVA na subestação Araraquara 2. A instalação desses equipamentos na subestação garante benefícios para o Sistema Interligado Nacional ("SIN"), e em especial no controle de tensão para os sistemas de 440 e 500 kV do Estado de São Paulo. O primeiro síncrono foi energizado em 28 de julho, o segundo em 06 de setembro e o terceiro em 15 de setembro de 2020. O primeiro síncrono foi energizado em 28 de julho, o segundo em 06 de setembro e o terceiro em 15 de setembro de 2020. A Companhia tem recebido 90% da RAP proporcional desde suas respectivas energizações. A expectativa é obter o Termo de Liberação Definitivo ("TLD") no 4T20 para recebimento integral da RAP.

[Clique aqui](#) para acessar os detalhes.

EVENTOS SUBSEQUENTES

ANEEL aprova projeto da IE Tibagi e a energização é esperada no 4T20

Em 26 de outubro de 2020, a Companhia informou que foi aprovada a proposta de aditivo contratual da IE Tibagi em reunião de diretoria da ANEEL. A ISA CTEEP buscou o melhor arranjo técnico e econômico na execução desse empreendimento. No momento da autorização para iniciar os testes, a ANEEL entendeu que as otimizações extrapolaram o permitido no edital e propôs um acordo a ser formalizado por meio de um aditivo contratual. Dessa forma, a receita anual permitida (RAP) passará de R\$ 18,3 milhões para R\$ 15,9 milhões (data base leilão), o que representa uma redução de 13,5%, e haverá parcela de ajuste (PA) com desconto de R\$ 6,7 milhões no ciclo tarifário 2020-2021.

[Clique aqui](#) para acessar os detalhes.

Deliberação de dividendos no montante de R\$ 344 milhões

Em 29 de outubro de 2020, a Companhia informou a aprovação em Reunião do Conselho de Administração do pagamento de dividendos no valor total de R\$ 344 milhões, a título de dividendos intermediários, correspondentes a R\$ 0,522095 por ação de ambas as espécies. Os dividendos intermediários serão imputados aos dividendos obrigatórios relativos ao exercício social de 2020. [Clique aqui](#) para acessar os detalhes.

PRÓXIMOS EVENTOS

Teleconferência 3T20

30.10.2020

10h00 (BRT) / 09h00 (EDT)

Informações para Conexão:

Brasil: +55 11 4210-1803 / +55 11 3181-8565

Outros Países: +1 412 717-9627

Senha: ISA CTEEP

Link para webcast disponível no site de Relações com Investidores:
www.isacteep.com.br/ri

Reunião Pública Anual - ISA CTEEP DAY

Data: 09 de dezembro de 2020 (quarta-feira)

Horário: 10h (horário de Brasília)

Acesso pelo link a ser disponibilizado no site de RI: www.isacteep.com.br/ri

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Renovação da Concessão - Contrato 059/2001 (RBNI/RBSE)

No dia 12 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579/2012 ("MP 579") que regulamentou a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. De acordo com a medida, as concessões vencidas ou a vencer nos 60 meses subsequentes à publicação da MP, tinham a opção de ter o vencimento antecipado para dezembro de 2012, com prorrogação pelo prazo de até 30 anos.

Em 01 de novembro de 2012, o Ministério de Minas e Energia ("MME"), publicou a Portaria Interministerial nº 580, em que foram definidos os valores da reversão para as instalações energizadas a partir de 01 de junho de 2000, ou seja, da Rede Básica de Novas Instalações ("RBNI"). O montante definido para a ISA CTEEP foi de R\$ 2,9 bilhões. Na mesma data, o MME divulgou a Portaria Interministerial nº 579 que definiu o valor da RAP da ISA CTEEP em R\$ 515,6 milhões, a partir de 01 de janeiro de 2013, que representou redução de aproximadamente 75% da RAP.

Em 29 de novembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 591 autorizando o Poder Concedente a pagar o valor relativo aos ativos não depreciados existentes anteriormente a 31 de maio de 2000, ou seja, da Rede Básica do Sistema Existente ("RBSE").

Em dezembro de 2012, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária para a definição da antecipação do vencimento da concessão do Contrato 059/2001, conforme proposto na MP 579. Foi aprovada pelos acionistas da Companhia, por unanimidade, a prorrogação do contrato de concessão, nos termos da Lei 12.783/2013, ficando a concessão prorrogada

3T20

Resultados



até dezembro de 2042 e garantindo à Companhia o direito ao recebimento dos valores relativos aos ativos do RBNI e da RBSE.

Os valores referentes aos ativos do RBNI, equivalentes a R\$ 2,9 bilhões, foram recebidos entre os anos de 2013 e 2015. Para os ativos relativos ao RBSE foi requerido laudo de avaliação independente avaliando os investimentos a Valor Novo de Reposição ("VNR") ajustado pela depreciação até 31 de dezembro de 2012. Em dezembro de 2015 foi homologado pela ANEEL, por meio do Despacho nº 4.036, o valor dos ativos da RBSE para a ISA CTEEP em R\$ 3,9 bilhões.

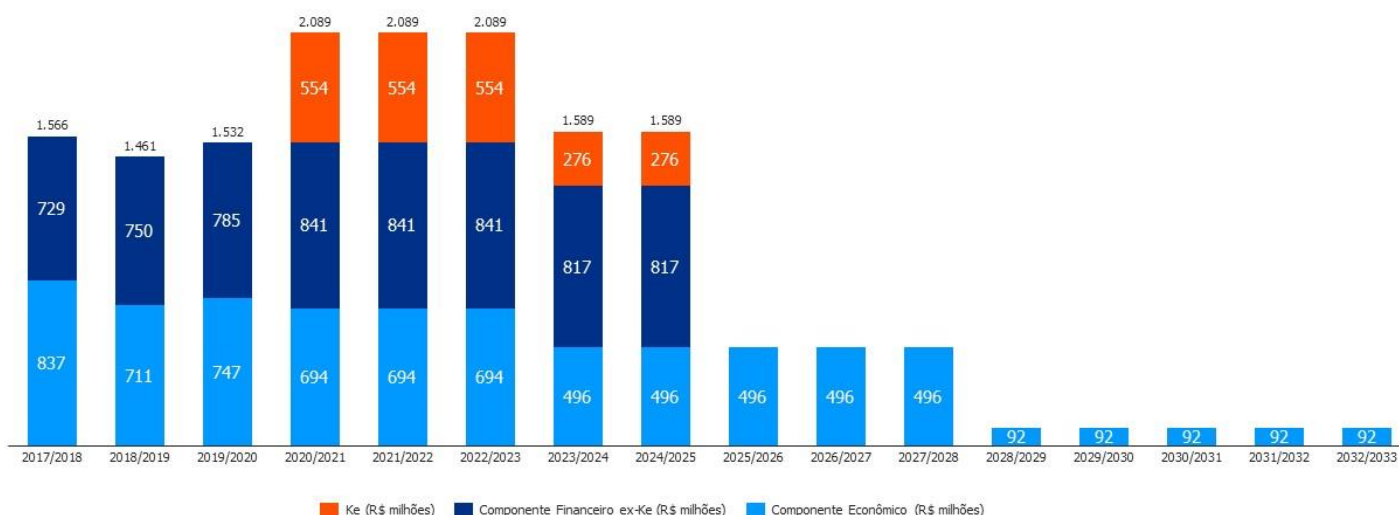
Em abril de 2016, foi emitida a Portaria nº 120 do MME que determinou que os valores homologados pela ANEEL, relativos às instalações da RBSE, passassem a compor a Base de Remuneração Regulatória das concessionárias de transmissão de energia elétrica a partir do processo tarifário de 2017, pelo prazo estimado de 8 anos.

O Despacho ANEEL nº 1.484/17, de maio de 2017, redefiniu o valor total da RBSE para a ISA CTEEP em R\$ 4,1 bilhões. O impacto inicial dos valores da RBSE foi o reconhecimento contábil em IFRS em setembro de 2016, conforme condições estabelecidas na Portaria nº 120 do MME, e no resultado regulatório os impactos podem ser percebidos a partir do início do recebimento, em julho de 2017. Entretanto, o pagamento do componente financeiro Ke foi suspenso em 2017 em função de liminares obtidas por alguns consumidores na justiça.

A partir de novembro/19 o judiciário passou a julgar improcedente alguns processos, que motivaram a suspensão do Ke na remuneração do componente financeiro. A ANEEL incluiu assim a remuneração do componente financeiro pelo "Ke" na RAP a partir do ciclo 2020-2021. O valor não recebido nos três primeiros ciclos do RBSE será incorporado, por meio de parcela de ajuste, nos ciclos de 2020 a 2023.

Adicionalmente, foram atualizados o WACC regulatório e a Base de Remuneração Regulatória no processo de revisão tarifária. O fluxo de recebimento do componente econômico da RBSE também foi ajustado de acordo com a vida útil dos ativos. Dessa forma, o componente financeiro será recebido em 8 anos, mas o componente econômico será recebido na curva de depreciação dos ativos. Nas barras são apresentados valores líquidos de PIS/COFINS e com encargos regulatórios.

Fluxo de Recebimento da RBSE (R\$ milhões)



Nota: Valores do gráfico representam montantes definidos para os ciclos 2017/2018 (REH ANEEL nº 2.258), 2018/2019 (REH ANEEL nº 2.408), 2019/2020 (REH ANEEL nº 2.565) e 2020/2021 (REH ANEEL nº 2.725). Premissas para ciclo futuro conforme REN ANEEL nº 762/2017 e com base nas planilhas publicadas no encerramento da CP nº 22/2020. Valores nominais - data base: Junho de 2020



Plano de Complementação de Aposentadoria – Lei 4.819/58

O plano de complementação de aposentadoria, regido pela Lei Estadual 4.819/58 aplica-se aos empregados de autarquias e de sociedades anônimas em que o Estado de São Paulo fosse detentor da maioria das ações com direito de controle admitidos até 13 de maio de 1974.

Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo, cuja implementação ocorreu conforme convênio firmado entre a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (“SEFAZ”) e a Companhia, em 10 de dezembro de 1999. A forma de pagamento da complementação da aposentadoria foi através de um fluxo mensal com origem na SEFAZ. Esta realizava uma transferência da quantia a ser paga para a ISA CTEEP e a Companhia realizava a transferência deste mesmo valor para a Fundação CESP, que então repassava aos aposentados.

A partir de janeiro de 2004, o pagamento aos aposentados passou a ser processado diretamente pela SEFAZ. Com essa mudança de processo, foram verificadas glosas que deveriam ser aplicadas, como por exemplo, benefícios acima do teto (equivalente ao salário do governador do Estado de São Paulo). Desta forma, a SEFAZ passou a excluir este excedente do valor do benefício pago aos aposentados.

Ação Civil Pública e Ação Coletiva

Em junho de 2005, após decisão desfavorável na Justiça Comum, a Associação dos Aposentados da Funcesp (“AAFC”) obtiveram liminar na Justiça do Trabalho, determinando que a quantia integral paga anteriormente seja mantida. Desde então, o processamento do pagamento dos benefícios voltou ao modelo original, em que a responsabilidade era da Fundação CESP, porém a SEFAZ transfere a quantia ajustada e a ISA CTEEP faz a complementação para que o pagamento aos aposentados seja feito de maneira integral, conforme estabelecido em liminar.

Ação de Cobrança

Desde 2005 a SEFAZ repassa à Companhia valor inferior ao necessário para o cumprimento do pagamento aos aposentados (~70%), por força da decisão liminar da 49ª Vara do Trabalho. A ISA CTEEP tem feito então a complementação para pagamento integral dos benefícios aos aposentados (~30%). Essa complementação realizada pela ISA CTEEP está sendo cobrada, através de uma ação contra a SEFAZ.

Esta ação de cobrança foi julgada favorável à Companhia em 2ª instância. Em agosto de 2017, a SEFAZ interpôs Recurso Especial para o STJ que aguarda análise de admissibilidade. Em 31 de dezembro de 2018, o valor registrado no balanço da Companhia é de cerca de R\$ 2 bilhões, líquido da provisão para perdas sobre realização de créditos realizada em 2013.

Em agosto de 2018, a ISA CTEEP obteve decisão no Tribunal de Justiça/SP que impõe obrigação para a SEFAZ não efetuar qualquer glosa no repasse para pagamento dos benefícios da Lei 4.819/58 antes de concluir processo administrativo para apurar irregularidade nos pagamentos. Em março, o STJ, em decisão liminar e monocrática do Ministro Francisco Falcão, suspendeu os efeitos da decisão que proibia a Fazenda Paulista de efetuar descontos no repasse à ISA CTEEP. A Companhia voltou a receber o repasse com as glosas, obrigando assim a Companhia a complementar o valor do pagamento em abril de 2019.

A Companhia continua com os esforços direcionados para manter a decisão de mérito favorável conquistada no Tribunal de Justiça/SP.

GLOSSÁRIO

ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) - Autarquia que tem por finalidade regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica no Brasil, zelando pela qualidade do serviço prestado, pelo trato isonômico dispensado aos usuários e pelo controle da razoabilidade das tarifas cobradas aos consumidores, preservando a viabilidade econômica e financeira dos agentes e da indústria. A ANEEL fiscaliza e regulamenta o acesso aos sistemas de transmissão e estabelece as tarifas referentes a tais sistemas, sendo a TUST a tarifa cobrada pelo uso da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão – DIT

CAAE (Custo Anual dos Ativos Elétricos) - Receita pelos investimentos em ativos. É composto pela remuneração do capital e pela quota de reintegração dos regulatória (QRR).

CAOM (Custos de Administração, Operação e Manutenção) - Parcela da receita que pode ser dividida em (i) receita de O&M, que tem como finalidade cobrir os custos e despesas (exemplo: gastos com salários, despesas de manutenção e outros); e (ii) receita para cobrir os custos das instalações móveis e imóveis (CAIMI).

CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) - Atua sob autorização do Poder Concedente e da regulação e fiscalização da ANEEL, com a finalidade de viabilizar as operações de compra e venda de energia elétrica entre os agentes da CCEE.

CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) - encargo regulatório para promover a universalização do serviço de energia e subsidiar os consumidores baixa renda.

Crescimento orgânico - crescimento por meio de investimentos em reforços e melhorias.

DIT (Demais Instalações de Transmissão) - Instalações com tensão inferior a 230 kV.

Ebitda (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation & Amortization) – Lucro antes de serem subtraídos os juros, impostos, depreciação e amortização.

Encargos regulatórios - são arrecadados pelas Transmissoras e repassados à CCEE, à ANEEL, ao MME e investidos em projetos de P&D. Tem efeito neutro na Transmissora.

Energização - início de operação de um empreendimento (reforço, melhoria ou *greenfield*).

EPE (Empresa de Pesquisa Energética) - Empresa pública federal, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Responsável pelo planejamento energético nacional, englobando geração, transmissão, distribuição, petróleo e gás.

Greenfield - projetos de crescimento por meio de leilões.

IEE (Índice de Energia Elétrica) – Índice setorial da Bolsa (B3), que tem como objetivo medir o desempenho do setor de energia elétrica.

Leilões de Transmissão de Energia – Processos licitatórios estabelecidos pelo MME e ANEEL a fim de outorgar concessões para linhas de transmissão e subestações no Brasil.

Melhoria - compreende a instalação, substituição ou reforma de equipamentos em instalações de transmissão existentes, ou a adequação destas instalações, visando manter a regularidade, continuidade, segurança e atualidade do serviço público de transmissão de energia elétrica.

3T20

Resultados



MME – Ministério de Minas e Energia.

O&M - Operação e Manutenção.

ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) - Órgão responsável por executar as atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica do SIN.

Outras receitas - Receitas auferidas com atividades extra concessão, sendo parcialmente destinadas a contribuir com a modicidade tarifária.

PA (Parcela de Ajuste) - Compensa excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica encargo regulatório para subsídios às fontes alternativas de energia).

PV (Parcela Variável) - Penaliza a receita do ativo em função da indisponibilidade.

RAP (Receita Anual Permitida) - Remuneração que as transmissoras recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Para as transmissoras que foram licitadas, a RAP é obtida como resultado do próprio leilão de transmissão e é paga às transmissoras a partir da entrada em operação comercial de suas instalações, com revisão a cada quatro ou cinco anos, nos termos dos contratos de concessão. Para as transmissoras que tiveram o seu contrato de concessão renovado, a RAP foi calculada com base nos custos de Operação e Manutenção, conforme estabelece a Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013. Em casos onde os estudos indicam a necessidade de reforços na concessão de transmissão, a ANEEL calcula um valor adicional a RAP com o intuito de remunerar as novas instalações, sempre por meio de uma Resolução Autorizativa.

RB (Rede Básica) - Instalações de transmissão do SIN, de propriedade de concessionárias de serviço público de transmissão, definida segundo critérios estabelecidos na regulamentação da ANEEL.

RBNI (Rede Básica Novos Investimentos) - Parcela da receita (RAP) correspondente às novas instalações componentes da Rede Básica autorizadas e com receitas estabelecidas por resolução específica.

RBSE (Rede Básica do Sistema Existente) - Parcela da RAP correspondente às instalações componentes da Rede Básica, definidas no Anexo da Resolução nº 166, de 31 de maio de 2000.

Reforço - é a instalação, substituição ou reforma de equipamentos em instalações de transmissão existentes, ou a adequação destas instalações, visando o aumento de capacidade de transmissão, o aumento de confiabilidade do Sistema Interligado Nacional, de vida útil ou a conexão de usuários, recomendadas pelos planos de expansão do sistema de transmissão.

SIN (Sistema Interligado Nacional) – Conjunto de instalações e de equipamentos que possibilitam o suprimento de energia elétrica nas regiões do país interligadas eletricamente, conforme regulamentação aplicável.

TUST (Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica) – Tarifa paga por distribuidoras, geradoras e consumidores livres e especiais pela utilização da Rede Básica e das DIT, e é reajustada anualmente de acordo com (i) a inflação; e (ii) novas receitas, correspondentes aos empreendimentos energizados.

3T20

Resultados

ANEXOS

Anexo I - Balanço Patrimonial Regulatório

Ativo (R\$ mil)	Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	799.542	595.971
Aplicações financeiras	541.218	2.068.611
Contas a Receber - Concessionárias e Permissionárias	632.473	256.674
Estoques	17.505	14.942
Serviços em Curso	19.717	17.452
Tributos e contribuições a compensar	210.886	32.335
Instrumentos financeiros derivativos	14.138	19.202
Créditos com partes relacionadas	580	703
Despesas pagas antecipadamente	15.324	4.677
Caixa restrito	1.892	1.876
Outros	71.323	41.133
	2.324.598	3.053.576
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Caixa restrito	46.981	46.515
Contas a Receber - Concessionárias e Permissionárias	578.837	10.679
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	1.724.394	1.576.332
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	242
Cauções e Depósitos Vinculados	41.575	52.886
Benefício à empregado - Superávit atuarial	43.024	43.024
Instrumentos financeiros derivativos	4.056	0
Serviços em Curso	5.080	0
Outros	103.825	12.693
	2.547.772	1.742.371
Investimentos	1.549.139	1.390.300
Imobilizado	7.827.146	7.156.235
Intangível	319.989	306.071
	9.696.274	8.852.606
	12.244.046	10.594.977
Total do Ativo	14.568.644	13.648.553

3T20

Resultados

Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019
CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	96.334	709.928
Debêntures	542.316	367.508
Arrendamento	141	282
Instrumentos financeiros derivativos	0	0
Fornecedores	112.304	167.774
Tributos e Encargos sociais a recolher	478.040	92.106
Encargos Regulatórios a recolher	52.518	48.336
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a pagar	10.406	102.079
Provisões	48.833	33.341
Valores a Pagar - Funcesp	868	2.173
Obrigações especiais - Reversão/Amortização	2.480	2.480
Outros	45.567	80.152
	1.389.807	1.606.159
NÃO CIRCULANTE		
Exigível a longo prazo		
Empréstimos e Financiamentos	1.228.231	637.448
Debêntures	1.392.099	1.528.971
Arrendamento	35	101
Instrumentos financeiros derivativos	0	135
PIS e COFINS diferidos	77.117	0
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.074.349	686.732
Encargos Regulatórios a recolher	42.419	41.236
Provisões	57.993	62.367
Reserva Global de Reversão - RGR	14.752	16.612
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	383.984	351.904
Outros	53.134	35.652
	4.324.113	3.361.158
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	3.590.020	3.590.020
Reservas de Capital	666	666
Reservas de Lucros	1.192.078	1.192.078
Reserva de Reavaliação	2.162.054	1.899.993
Outros Resultados Abrangentes	53.225	31.191
Lucros/Prejuízos Acumulados	1.528.809	0
	8.526.852	6.713.948
Participação de não controladores nos fundos de investimentos	327.872	1.967.288
	8.854.724	8.681.236
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	14.568.644	13.648.553

3T20

Resultados

Anexo II - Demonstração de Resultado Regulatório

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	Consolidado					
	3T20	3T19	Var (%)	9M20	9M19	Var (%)
Receita Operacional Bruta	956.151	782.483	22,2%	3.508.162	2.396.922	46,4%
Receita de Uso da Rede Elétrica	944.448	772.603	22,2%	3.481.277	2.372.865	46,7%
Outras Receitas	11.703	9.880	18,5%	26.885	24.057	11,8%
Deduções à Receita Operacional	(134.892)	(123.950)	8,8%	(455.975)	(351.819)	29,6%
Receita Operacional Líquida	821.259	658.533	24,7%	3.052.187	2.045.103	49,2%
Custos e Despesas Operacionais	(279.007)	(293.376)	(4,9%)	(813.978)	(883.786)	(7,9%)
Pessoal	(79.077)	(87.512)	(9,6%)	(229.732)	(256.736)	(10,5%)
Material	(4.052)	(3.935)	3,0%	(11.030)	(10.747)	2,6%
Serviços	(31.328)	(38.649)	(18,9%)	(88.377)	(125.807)	(29,8%)
Depreciação	(139.803)	(143.908)	(2,9%)	(420.585)	(433.443)	(3,0%)
Outros	(24.747)	(19.372)	27,7%	(64.254)	(57.053)	12,6%
Resultado do Serviço	542.252	365.157	48,5%	2.238.209	1.161.317	92,7%
Resultado Financeiro	(51.135)	(35.369)	44,6%	(127.650)	(139.052)	(8,2%)
Rendimento de Aplicações Financeiras	8.539	19.911	(57,1%)	40.968	52.695	(161,2%)
Resultado da Variação Monetária Líquida	(15.182)	(6.225)	143,9%	(32.270)	(39.010)	(95,7%)
Juros Ativo/Passivos	(613)	(626)	(2,1%)	(1.687)	(1.453)	16,1%
Juros/Encargos sobre empréstimos	(43.225)	(36.635)	18,0%	(120.701)	(109.520)	10,2%
Outras	(654)	(11.794)	(94,5%)	(13.960)	(41.764)	(66,6%)
Resultado Operacional	491.117	329.788	48,9%	2.110.559	1.022.265	106,5%
Equivalência Patrimonial	16.039	16.972	(5,5%)	(27.577)	43.357	(163,6%)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(13.848)	589	(2451,1%)	121.233	(8.648)	(1501,9%)
Resultado Anterior aos Tributos	493.308	347.349	42,0%	2.204.215	1.056.974	108,5%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(90.608)	67.263	(234,7%)	(556.962)	(167.955)	231,6%
Corrente	(234.607)	4.830	(1975,9%)	(381.888)	(242.287)	57,6%
Diferido	143.999	62.433	(475,8%)	(175.074)	74.332	(335,5%)
Lucro/Prejuízo Consolidado	402.700	414.612	(2,9%)	1.647.253	889.019	85,3%
Participação do Acionista não Controlador	(2.143)	(4.342)	100,0%	(19.307)	(12.588)	100,0%
Lucro/Prejuízo	400.557	410.270	(2,4%)	1.627.946	876.431	85,7%

3T20

Resultados

Anexo III – Fluxo de Caixa Indireto – Regulatório

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2.523.321	1.948.742
Lucro Líquido do exercício	1.647.253	1.238.650
Depreciação e amortização	420.585	575.557
Imposto de renda e contribuição social diferidos	251.769	(25.538)
Demandas judiciais	1.294	(13.940)
Custo residual de ativo imobilizado/intangível baixado	15.984	21.894
Benefício fiscal – ágio incorporado	28	36
Realização de ativo da concessão na aquisição de controlada	1.792	2.390
Realização da perda em controlada em conjunto	(1.376)	(1.966)
Resultado de equivalência patrimonial	27.577	(69.900)
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	158.415	221.559
(Aumento) diminuição de ativos	(1.400.516)	(124.023)
Caixa restrito	(370)	(4.336)
Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias	(943.956)	14.144
Estoques	(2.563)	5.423
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	(148.062)	(150.249)
Tributos e contribuições a compensar	(178.551)	(2.814)
Despesas pagas antecipadamente	(10.647)	3.707
Cauções e depósitos vinculados	12.204	16.328
Serviços em curso	1.110	(13.826)
Crédito com controladas	122	(8.863)
Outros	(129.803)	16.463
Aumento (diminuição) de passivos	357.950	180.114
Fornecedores	(55.470)	79.161
Tributos e encargos sociais a recolher	385.945	37.762
Obrigações trabalhistas	15.492	(3.706)
Impostos parcelados	0	0
Encargos regulatórios a recolher	4.312	10.675
Provisões	(9.989)	(22.033)
Valores a pagar Funcesp	(1.305)	(2.077)
Reserva Global de Reversão	(1.860)	(2.481)
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	39.899	36.733
Outros	(19.074)	46.080
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.480.755	2.004.833
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimentos	(802.626)	(508.948)
Aplicações financeiras	(112.135)	348.708
Imobilizado	(504.073)	(687.532)
Investimentos	(195.000)	(185.000)
Dividendos recebidos	8.582	14.876
Caixa utilizado nas atividades de financiamentos	(474.558)	(916.654)
Adições de empréstimos	655.516	509.515
Pagamentos de empréstimos (principal)	(890.381)	(337.234)
Pagamentos de empréstimos (juros)	(121.255)	(169.700)
Pagamentos Arrendamento Mercantil (principal e juros)	(215)	0
Transações com acionistas não controladores	(19.307)	(16.820)

3T20

Resultados



Instrumentos financeiros derivativos	242.713	(1.701)
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	(341.629)	(900.714)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	203.571	579.231
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	595.971	16.740
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	799.542	595.971
Varição em caixa e equivalentes de caixa	203.571	579.231

3T20

Resultados

Anexo IV – Resultado Regulatório Subsidiárias não consolidadas (IE Madeira e IE Garanhuns)

IE MADEIRA						
Demonstração do Resultado (R\$ milhões)	3T20	3T19	Var (%)	9M20	9M19	Var (%)
Receita Operacional Bruta	167.212	132.499	26,2%	458.433	401.583	14,2%
Deduções à receita operacional	-23.327	-18.199	28,2%	-70.206	-53.871	30,3%
Receita operacional líquida	143.884	114.300	25,9%	388.227	347.712	11,7%
Custos e Despesas	-10.425	-10.196	2,3%	-23.484	-62.105	-62,2%
Depreciação e Amortização	-33.808	-33.870	-0,2%	-101.502	-101.603	-0,1%
EBITDA	133.386	104.069	28,2%	364.943	285.448	27,8%
Resultado do Serviço	99.651	70.234	41,9%	263.241	184.004	43,1%
Resultado Financeiro	-45.359	-34.516	31,4%	-278.598	-108.053	157,8%
Outras Receitas e Despesas	-73	-42	72,7%	200	-159	-225,8%
Lucro antes do IR & CSLL	54.220	35.676	52,0%	-15.157	75.792	-120,0%
IR & CSLL*	0	-8116	-100,0%	-4.627	-7874	-41,2%
Lucro líquido	54.220	27.560	96,7%	-19.784	67.918	-129,1%
Participação ISA CTEEP (51%) no EBITDA	68.027	53.072	28,2%	186.121	145.579	27,8%
Participação ISA CTEEP (51%) no Lucro líquido	27.652	14.056	96,7%	-10.090	34.638	-129,1%

IE GARANHUNS						
Demonstração do Resultado (R\$ milhões)	3T20	3T19	Var (%)	9M20	9M19	Var (%)
Receita Operacional Bruta	27.347	21.721	25,9%	78.086	69.301	12,7%
Deduções à receita operacional	-3.600	-3.759	-4,2%	-10.241	-10.005	2,4%
Receita operacional líquida	23.747	17.962	32,2%	67.845	59.296	14,4%
Custos e Despesas	-2.845	-3.970	-28,3%	-9.296	-11.629	-20,1%
Depreciação e Amortização	-6.249	-6.236	0,2%	-18.757	-18.696	0,3%
EBITDA	20.255	13.992	44,8%	58.092	47.667	21,9%
Resultado do Serviço	14.653	7.756	88,9%	39.792	28.971	37,4%
Resultado Financeiro	-2.853	-3.314	-13,9%	-8.810	-10.912	-19,3%
Outras Receitas e Despesas	-647	0	N.A.	-457	0	N.A.
Lucro antes do IR & CSLL	11.153	4.442	151,1%	30.525	18.059	69,0%
IR & CSLL*	-459	2.207	-120,8%	-1.078	1.693	-163,7%
Lucro líquido	10.694	6.649	60,8%	29.447	19.752	49,1%
Participação ISA CTEEP (51%) no EBITDA	10.330	7.136	44,8%	29.627	24.310	21,9%
Participação ISA CTEEP (51%) no Lucro líquido	5.454	3.391	60,8%	15.018	10.074	49,1%

(*) Possui empreendimento relativos à infraestrutura de linhas de transmissão e subestação de energia elétrica, em operação nas áreas de atuação da SUDENE, cujo benefício foi concedido no mês de dezembro 2016. O prazo de fruição do benefício fiscal é de 10 anos com redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais.

3T20

Resultados

Anexo V - Composição do Endividamento Consolidado (R\$ mil)

Fontes	Encargos	Vencimentos	30/09/2020	31/12/2019
BNDES	TJLP + 1,80% a.a.	15/03/29	163,6	178,2
	3,50% a.a.	15/01/24	34,0	41,7
	TJLP + 2,62% a.a.	15/03/32	223,7	234,1
Debêntures - CTEEP				
4ª Emissão	IPCA + 6,04%	15/07/21	169,6	168,5
5ª Emissão	IPCA + 5,04%	15/02/24	339,6	336,9
6ª Emissão	105,65% do CDI a.a.	13/12/20	352,2	350,4
7ª Emissão	IPCA + 4,70%	15/04/25	672,9	651,0
8ª Emissão	IPCA + 3,50%	15/12/29	400,1	389,6
Outros - CTEEP				
Lei 4.131 - MUFG	VC + 3,34% a.a. + IR	20/07/20	-	306,1
Lei 4.131 - Citibank	VC + <i>Libor 3M</i> + 0,47% a.a. + IR	24/08/20	-	302,4
Lei 4.131 - Citibank	VC + <i>Libor 3M</i> + 0,25% a.a. + IR	08/11/19	-	-
Finame PSI	6,0% a.a.	18/11/19	-	-
Eletrabras	8,0% a.a.	15/11/21	-	-
Arrendamento Mercantil	0,6% a.m.	30/11/20	-	-
CCB	CDI + 2,45% a.a.	20/04/22	651,8	-
Total Dívida Bruta CTEEP			3.007,6	2.959,0
Fontes	Encargos	Vencimentos	30/09/2020	31/12/2019
PINHEIROS	TJLP + 2,06% a.a.	15/02/28	4,1	4,5
	3,5% a.a.	15/04/23	4,7	6,0
	TJLP + 2,62% a.a.	15/05/26	20,5	23,3
	5,5% a.a.	15/01/21	3,4	10,9
SERRA DO JAPI	TJLP + 1,95% a.a.	15/05/26	21,8	24,7
	TJLP + 1,55% a.a.	15/05/26	18,9	21,4
IEMG	TJLP + 2,39% a.a.	15/04/23	13,6	17,6
IE SUL	5,5% a.a.	15/01/21	0,4	1,2
	TJLP + 2,58% a.a.	15/05/25	3,6	4,1
	3,0% a.a.	15/04/23	3,1	4,0
	TJLP + 2,58% a.a.	15/02/28	6,1	6,8

3T20

Resultados

IENNE	8,5% a.a.	19/05/30	151,2	160,3
Total Dívida Bruta Subsidiária			251,3	284,9
Total Dívida Bruta Consolidado			3.258,9	3.243,8

BNDES (apuração anual)		Debêntures de Infraestrutura (4ª, 5ª e 6ª emissão) (apuração trimestral)	
Dívida Líquida 30/09/2020	3.150	Dívida Líquida 30/09/2020	1.975
EBITDA últimos 12 meses	3.489	EBITDA últimos 12 meses	3.208
Dívida Líquida/EBITDA 30/09/2020	0,90	Dívida Líquida/EBITDA 30/09/2020	0,62
Patrimônio Líquido 30/09/2020	13.499	Resultado Financeiro 30/09/2020	178
Divida Líquida/Divida Líquida + PL 30/09/2020	0,19	EBITDA /Resultado Financeiro 30/09/2020	18,01

Os principais indicadores financeiros (**covenants**) aos quais a ISA CTEEP está submetida são estabelecidos conforme abaixo:

Os Contratos de financiamento com **BNDES** (válidos até o vencimento do contrato em 2032) devem cumprir os indicadores financeiros máximos de: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado BNDES $\leq 3,0$ e Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) $\leq 0,6$, apurados ao final de cada exercício social. Para fins de cálculo e comprovação dos referidos índices, a Companhia deverá consolidar todas as subsidiárias 100% e subsidiárias não consolidadas⁶ (de forma proporcional à sua participação), desde que detenha participação acionária igual ou superior a 10%.

A **4ª emissão de Debêntures** deve cumprir com periodicidade de apuração trimestral, os indicadores financeiros estabelecidos na escritura que são Dívida Líquida/EBITDA $< 3,5$ e EBITDA /Resultado Financeiro $> 1,5$ até a apuração realizada com data-base de 30 de junho de 2017 e, a partir da apuração realizada com a data-base de 30 de setembro de 2017, passa a ser esse o indicador $> 2,0$. O EBITDA é calculado de acordo com a metodologia definida no contrato.

A **5ª emissão de Debêntures** exige o cumprimento dos indicadores estabelecidos na escritura, com periodicidade de apuração trimestral, que são Dívida Líquida/EBITDA $< 3,5$ e EBITDA /Resultado Financeiro $> 1,5$ até a apuração realizada com data-base de 30 de junho de 2017 e, a partir da apuração realizada com a data-base de 30 de setembro de 2017, o indicador passa a ser $> 2,0$. O EBITDA é calculado de acordo com a metodologia definida no contrato.

⁶ IE Madeira, IE Garanhuns, IE Aimorés, IE Paraguaçu e IE Ivaí

3T20

Resultados



A **6ª emissão de Debêntures** exige o cumprimento dos indicadores estabelecidos na escritura, com periodicidade de apuração trimestral que são Dívida Líquida/EBITDA < 3,5 e EBITDA/Resultado Financeiro > 2,0. O EBITDA é calculado de acordo com a metodologia definida no contrato.

3T20

Resultados

Anexo VI - Composição do Endividamento das Subsidiárias não consolidadas – IE Madeira, IE Garanhuns e IE Ivaí (R\$ mil)

Empresa	Fontes	Encargos	Término da Garantia	Saldo garantido pela ISA CTEEP	Saldo total devedor 30/9/2020
IE MADEIRA 51% ISA CTEEP	ITAÚ	IPCA + 5,5% a.a.	18/03/2025	214,1	419,7
	BNDES	TJLP + 2,42% a.a.	15/02/2030	521,6	1.022,7
	BNDES	TJLP	15/02/2030	3,6	7,1
	BNDES	2,5% a.a.	15/10/2022	35,4	69,4
	BASA	8,5% a.a.	10/10/2032	147,2	288,6
Dívida Bruta				921,8	1.807,5
Disponibilidades				167,1	327,6
Dívida Líquida				754,7	1.479,8
IE GARANHUNS 51% ISA CTEEP	BNDES	TJLP + 2,05% a.a.	15/12/2028	71,5	140,2
	BNDES	3,50% a.a.	15/08/2023	27,4	53,7
	BNDES	TJLP	15/12/2028	0,5	1,0
Dívida Bruta				99,4	194,9
Disponibilidades				14,5	28,5
Dívida Líquida				84,9	166,5
IE IVAÍ 50% ISA CTEEP	ITAÚ BBA	IPCA + 5,0% a.a.	15/12/2043	827,7	1.623,0
Dívida Bruta				827,7	1.623,0
Disponibilidades				647,6	1.295,3
Dívida Líquida				180,1	327,7
TOTAL Dívida Bruta				1.848,9	3.625,4
TOTAL Dívida Líquida				1.019,5	1.973,9

3T20

Resultados

Anexo VII – Balanço Patrimonial – IFRS

Ativo (R\$ mil)	Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	799.542	595.971
Aplicações Financeiras	541.218	2.068.611
Ativo de concessão	2.728.926	2.061.882
Estoques	41.637	103.818
Tributos e contribuições a compensar	210.886	32.335
Instrumentos financeiros derivativos	14.138	19.202
Créditos com partes relacionadas	580	703
Despesas pagas antecipadamente	15.324	4.677
Caixa restrito	1.892	1.876
Outros	79.333	44.373
	4.433.476	4.933.448
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Caixa restrito	46.981	46.515
Ativo de concessão	13.235.973	12.599.151
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	1.724.394	1.576.332
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	1.144
Cauções e depósitos vinculados	41.575	52.886
Estoques	11.210	13.006
Benefício à empregado - Superávit atuarial	43.024	43.024
Instrumentos financeiros derivativos	4.056	
Outros	108.905	24.011
	15.234.572	14.356.069
Investimentos	2.384.120	2.198.004
Imobilizado	91.002	86.377
Intangível	25.377	25.196
	2.500.499	2.309.577
	17.735.061	16.665.646
Total do Ativo	22.168.547	21.599.094

3T20

Resultados



Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019
CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	96.334	709.928
Debêntures	542.316	367.508
Arrendamento	10.601	9.948
Instrumentos financeiros derivativos	0	0
Fornecedores	112.304	167.774
Tributos e encargos sociais a recolher	478.040	92.106
Encargos Regulatórios a recolher	52.518	48.336
JCP e dividendos a pagar	10.406	102.079
Obrigações trabalhistas	48.833	33.341
Valores a Pagar - Funcesp	868	2.173
Obrigações especiais - Reversão/Amortização	2.480	2.480
Outros	45.567	80.152
	1.400.267	1.615.825
NÃO CIRCULANTE		
Exigível a longo prazo		
Empréstimos e Financiamentos	1.228.231	637.448
Debêntures	1.392.099	1.528.971
Arrendamento	46.627	39.948
Instrumentos financeiros derivativos	0	135
PIS e COFINS Diferidos	1.256.820	1.185.323
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.951.233	2.673.970
Encargos Regulatórios a recolher	42.419	41.236
Provisões	83.168	62.367
Reserva Global de Reversão - RGR	14.752	16.612
Outros	75.285	35.652
	7.090.634	6.221.662
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	3.590.020	3.590.020
Reservas de Capital	666	666
Reservas de Lucro	8.172.442	8.172.442
Outros Resultados Abrangentes	53.225	31.191
Lucro/Prejuízo Acumulados	1.514.967	0
	13.331.320	11.794.319
Participação de não controladores nos fundos de investimentos	327.872	1.967.288
	13.659.192	13.761.607
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	22.150.093	21.599.094

3T20

Resultados

Anexo VIII – Demonstração de Resultados – IFRS

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	Consolidado					
	3T20	3T19	Var (%)	9M20	9M19	Var (%)
Receita Operacional Bruta	1.204.440	855.963	40,7%	3.858.780	2.796.567	38,0%
Receita de Infraestrutura	207.091	178.632	15,9%	551.814	396.670	39,1%
Receita bruta de Operação e Manutenção	271.689	250.903	8,3%	738.984	810.852	-8,9%
Remuneração dos ativos de concessão	713.957	416.548	71,4%	2.541.097	1.564.988	62,4%
Outras Receitas	11.703	9.880	18,5%	26.885	24.057	11,8%
Deduções à Receita Operacional	-132.865	-119.137	11,5%	-463.631	-367.653	26,1%
Receita Operacional Líquida	1.071.575	736.826	45,4%	3.395.149	2.428.914	39,8%
Custos e Despesas Operacionais	-375.755	-325.480	15,4%	-965.526	-837.399	15,3%
Pessoal	-82.944	-90.124	-8,0%	-240.300	-265.336	-9,4%
Material	-100.144	-119.044	-15,9%	-350.913	-260.722	34,6%
Serviços	-121.380	-92.669	31,0%	-256.782	-234.217	9,6%
Depreciação	-5.121	-5.014	2,1%	-14.286	-15.416	-7,3%
Outros	-66.166	-18.629	255,2%	-103.245	-61.708	67,3%
Resultado do Serviço	695.820	411.346	69,2%	2.429.623	1.591.515	52,7%
Resultado Financeiro	-54.557	-34.802	56,8%	-131.693	-138.838	-5,1%
Rendimento de Aplicações Financeiras	8.539	19.911	-57,1%	40.968	52.695	-22,3%
Resultado da Variação Monetária Líquida	-15.182	-6.225	143,9%	-32.270	-39.010	-17,3%
Juros Ativo/Passivos	-613	-626	-2,1%	-1687	-1453	16,1%
Juros/Encargos sobre empréstimos	-46.828	-37.561	24,7%	-125.283	-110.799	13,1%
Outras	-473	-10.301	-95,4%	-13.421	-40.271	-66,7%
Resultado Operacional	641.263	376.544	70,3%	2.297.930	1.452.677	58,2%
Equivalência Patrimonial	32.657	47.936	-31,9%	-302	129.668	-100,2%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-4.511	872	-617,3%	146.803	3.632	3941,9%
Resultado Anterior aos Tributos	669.409	425.352	57,4%	2.444.431	1.585.977	54,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-173.636	14.067	-1334,3%	-660.201	-326.486	102,2%

3T20

Resultados



Corrente	-234.607	4.830	-4957,3%	-381.888	-242.287	57,6%
Diferido	60.971	9.237	560,1%	-278.313	-84.199	230,5%
Lucro/Prejuízo Consolidado	495.773	439.419	12,8%	1.784.230	1.259.491	41,7%
Participação do Acionista não Controlador	-2.143	-4.342	-50,6%	-19.307	-12.588	53,4%
Lucro/Prejuízo	493.630	435.077	13,5%	1.764.923	1.246.903	41,5%

3T20

Resultados

Anexo IX – Fluxo de Caixa - IFRS (R\$ mil)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2.337.923	1.940.756
Lucro Líquido do período	1.784.230	1.779.451
PIS e COFINS diferidos	71.497	8.757
Depreciação e amortização	14.286	19.963
Imposto de renda e contribuição social diferidos	278.313	99.666
Demandas judiciais	26.469	(13.940)
Custo residual de ativo imobilizado/intangível baixado	0	2.402
Benefício fiscal – ágio incorporado	28	36
Realização de ativo da concessão na aquisição de controlada	1.868	2.490
Realização da perda em controlada em conjunto	(1.376)	(1.966)
Resultado de equivalência patrimonial	302	(179.789)
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	162.306	223.686
(Aumento) diminuição de ativos	(1.702.152)	(733.440)
Caixa restrito	(370)	(4.336)
Ativo de concessão	(1.320.943)	(525.212)
Estoques	63.976	(64.099)
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	(148.062)	(150.249)
Tributos e contribuições a compensar	(178.551)	(2.814)
Despesas pagas antecipadamente	(10.647)	3.707
Cauções e depósitos vinculados	12.204	16.328
Crédito com controladas	122	(124)
Outros	(119.881)	(6.641)
Aumento (diminuição) de passivos	358.656	143.381
Fornecedores	(55.470)	79.161
Tributos e encargos sociais a recolher	385.945	37.762
Obrigações trabalhistas	15.492	(3.706)
Encargos regulatórios a recolher	4.312	10.675
Provisões	(9.989)	(22.033)
Valores a pagar Funcesp	(1.305)	(2.077)
Reserva Global de Reversão	(1.860)	(2.481)
Outros	21.531	46.080

3T20

Resultados



Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	994.427	1.350.697
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimentos	(306.732)	157.179
Aplicações financeiras	(112.135)	348.708
Imobilizado	(3.720)	(18.534)
Intangível	(4.459)	(2.871)
Investimentos	(195.000)	(185.000)
Dividendos recebidos	8.582	14.876
Caixa utilizado nas atividades de financiamentos	(484.124)	(928.645)
Adições de empréstimos	655.516	509.325
Pagamentos de empréstimos (principal)	(890.381)	(336.849)
Pagamentos de empréstimos (juros)	(121.255)	(169.721)
Pagamentos Arrendamento Mercantil (principal e juros)	(9.781)	(12.165)
Transações com acionistas não controladores	(19.307)	(16.820)
Instrumentos financeiros derivativos	242.713	(1.701)
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	(341.629)	(900.714)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	203.571	579.231
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	595.971	16.740
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	799.542	595.971
Variação em caixa e equivalentes de caixa	203.571	579.231

3T20

Resultados

Anexo X – Ebitda IFRS x Regulatório (R\$ mil)

Consolidado	3T20	3T19	Var (%)	9M20	9M19	Var (%)
EBITDA IFRS (ICVM 527)	729,7	465,8	56,7%	2.592,3	1.742,1	48,8%
(-) Receita de implementação da infraestrutura	(207,1)	(178,6)	15,9%	(551,8)	(396,7)	39,1%
(-) Remuneração dos ativos de concessão	(581,0)	(416,5)	39,5%	(2.327,8)	(1.565,0)	48,7%
(-) Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura	(171,0)	-	n.a.	(171,3)	-	n.a.
(-) Receita de O&M	(233,6)	(250,9)	-6,9%	(780,9)	(810,9)	-3,7%
(+) Receita de uso da rede elétrica	944,4	772,6	22,2%	3.481,3	2.372,9	46,7%
(+) PIS e COFINS diferidos	(2,0)	(4,8)	-57,9%	7,7	15,8	-51,6%
(+) Custo de implementação da infraestrutura	187,5	170,0	10,3%	525,9	377,8	39,2%
(-) Custo de O&M	10,2	0,9	1053,4%	(0,1)	(5,3)	-97,3%
(-) Despesas gerais e administrativas	33,8	0,1	23846,5%	32,1	(0,9)	-3840,4%
(-) Equivalência patrimonial	(16,6)	(31,0)	-46,3%	(27,3)	(86,3)	-68,4%
(-) Outras receitas (despesas) operacionais	(9,4)	(0,3)	2949,2%	(25,6)	(12,4)	107,6%
EBITDA REGULATÓRIO (ICVM 527)	684,9	527,2	29,9%	2.754,3	1.631,3	68,8%
Equivalência Patrimonial	(16,0)	(17,0)	-5,7%	27,6	(43,4)	-163,5%
PA da RTP e RBSE	(67,7)	-	n.a.	(871,1)	-	n.a.
Recebimento do retroativo da PA (RTP e RBSE)	72,6	-	n.a.	72,6	-	n.a.
Custos e despesas não recorrentes	5,2	(3,6)	-244,3%	7,7	24,2	-68,1%
EBITDA AJUSTADO	678,9	506,7	34,0%	1.991,1	1.612,1	23,5%